

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS.
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA.

FLORISNOLDO CARVALHO DE SOUSA

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS EM UMA
ESCOLA PÚBLICA DE SÃO LUÍS-MA: dilemas e perspectivas.**

São Luís

2019

FLORISNOLDO CARVALHO DE SOUSA

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS EM UMA
ESCOLA PÚBLICA DE SÃO LUÍS-MA: dilemas e perspectivas.**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Pedagogia,
da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito
parcial para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Severino Vilar de Albuquerque

São Luís

2019

Sousa, Florisnoldo Carvalho de.

Avaliação da aprendizagem escolar nos anos iniciais em uma escola pública de São Luís – MA: dilemas e perspectivas / Florisnoldo Carvalho de Sousa. – São Luís, 2019.

86 f

Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Severino Vilar de Albuquerque.

1. Avaliação escolar. 2. Aprendizagem escolar. 3. Instrumentos de avaliação. I.

Título

CDU: 37.091.26(812.1)

FLORISNOLDO CARVALHO DE SOUSA

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS EM UMA
ESCOLA PÚBLICA DE SÃO LUÍS-MA: dilemas e perspectivas.**

Aprovado em ____/____/____

Prof. Dr. Severino Vilar de Albuquerque
(Orientador)

Membro

Membro

Dedico este trabalho a minha querida mãe Irene Carvalho de Sousa, a qual se doou por completo para me proporcionar um futuro digno e me ensinou a trilhar os caminhos da educação, tenho por ela uma admiração eterna por quanto de sua dedicação à educação nos anos iniciais do ensino fundamental durante sua atividade profissional em sala de aula como professora (*In Memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ser a fortaleza da minha vida, que me deu ânimo e renovo quando nos momentos difíceis eu pensava em desistir. Pela oportunidade de realizar meu sonho acadêmico e por ter me iluminado a mente durante todo o processo de construção.

Agradeço do mesmo modo a minha incansável, zelosa e amada esposa e companheira de todos os meus dias e lutas de derrotas e vitórias que nunca desistiu de sonhar junto comigo os meus sonhos Fernanda Katia Silva de Sousa, pelo apoio, encorajamento e pelas noites mal dormidas até a conclusão deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Severino Albuquerque, pela paciência e carinho dispensado a minha pessoa nas horas de reunião e orientação da monografia, para que este trabalho fosse concluído.

Aos professores, mestres e doutores que conduziram meu processo de formação pedagógica nesta universidade, habitação dos saberes.

Agradeço às minhas amigas da secretária do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN) do Curso de Pedagogia, por sempre estarem dispostas a me ajudarem quando precisei e por me apoiar durante todo este tempo enquanto formando da UEMA.

A direção da escola que me concedeu o espaço para realização da pesquisa de campo, tendo sido essencial para o resultado obtido.

E a todos que colaboraram e ajudaram direta e indiretamente para realização deste sonho.

Meu muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão, resulta de pesquisa cujo objetivo de analisar como se realiza a avaliação da aprendizagem em uma escola pertencente ao sistema público de ensino de São Luís/MA. Adotou a concepção de avaliação numa perspectiva diagnóstica, contínua e formativa, compreendendo que a avaliação da aprendizagem envolve concepções e práticas inscritas numa cultura organizacional, instituída no âmbito em que sujeitos materializam suas práticas, com visibilidade para os impactos ocasionados na aprendizagem dos alunos e no trabalho dos professores. Para apreender o fenômeno o estudo apoiou-se em Saul (1995; 2015); Hoffmann (2003; 2008; 2009); Luckesi (2002); Goring (1981); Jorba e Sanmarti (2003); Freire (1986), entre outros. A pesquisa enquadra-se na abordagem qualitativa e adotou procedimentos de investigação: análise documental, entrevistas e observação, utilizando instrumentos que possibilitaram a coleta dos dados no campo empírico, com vistas a responder a seguinte questão: como se realiza a avaliação da aprendizagem no sistema público de ensino de São Luís? A pesquisa permitiu compreender que a avaliação da aprendizagem escolar realizada no sistema público do ensino de São Luís, levando em conta o que assinala as bibliografias estudadas, consiste-se em efetivar-se com a intenção de que o aluno saiba ler e escrever para dar respostas às avaliações de larga escola, nos moldes da Provinha Brasil, na Prova Brasil, com vistas à elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em sentido convergente, não foi possível identificar no processo de avaliação no âmbito do processo ensino-aprendizagem, durante o período de observação em salas de aula, instrumentos que apontassem para uma avaliação diagnóstica focada em levantar os pontos fracos e fortes do aluno nas áreas de conhecimento, para uma tomada de decisão quanto à organização do trabalho pedagógico e ao processo ensino-aprendizagem que leve em conta às reais necessidades de aprendizagem dos educandos. Por fim, o achado mais relevante da pesquisa foi à constatação de que, embora os professores da escola pesquisada entendam, em sua maioria, que a avaliação deve levar em conta todos os condicionantes do processo educativo, assume uma condição passiva, qual seja a de levar em conta somente os descritores de avaliação determinados pela avaliação de larga escala nos moldes do Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE) e do IDEB, praticados pelo Sistema público municipal de ensino de São Luís.

Palavras-chave: 1. Educação escolar. 2. Avaliação da aprendizagem. 3. IDEB.

ABSTRACT

The present work presented to the Pedagogy Course of the State University of Maranhão, results from research whose objective of analyzing how the evaluation of learning is performed in a school belonging to the public education system of São Luís/MA. It adopted the conception of evaluation from a diagnostic, continuous and formative perspective, understanding that the evaluation of learning involves conceptions and practices enrolled in an organizational culture, established in the context where subjects materialize their practices, with visibility to the impacts caused on the learning of students and on the work of teachers. To apprehend the phenomenon the study was based on Saul (1995; 2015); Hoffmann (2003; 2008; 2009); Luckesi (2002); Goring (1981); Jorba and Sanmarti (2003); Freire (1986), among others. The research is part of the qualitative approach and adopted research procedures: documentary analysis, interviews and observation, using instruments that enabled data collection in the empirical field, with a view to answering the following question: how is the evaluation of learning in the public education system of São Luís? The research allowed us to understand that the evaluation of school learning performed in the public education system of São Luís, taking into account what indicates the bibliographies studied, consists of being effective with the intention that the student can read and write to give answers to the evaluations of large school, along the lines of Provinha Brasil, in Prova Brasil, with a view to increasing the Basic Education Development Index (IDEB). In a convergent sense, it was not possible to identify in the evaluation process within the teaching-learning process, during the observation period in classrooms, instruments that pointed to a diagnostic evaluation focused on raising the student's weaknesses and strengths in the areas of knowledge, decision-making regarding the organization of pedagogical work and the teaching-learning process that takes into account the real learning needs of students. Finally, the most relevant finding of the research was to the finding that, although the teachers of the researched school understand, for the most part, that the evaluation should take into account all the conditions of the educational process, assumes a passive condition, which is to take into account only the evaluation descriptors determined by the large-scale evaluation along the lines of the Municipal Educational Assessment System of São Luís (SIMAE) and the IDEB, practiced by the municipal public education system of São Luís.

Keywords: 1. School education. 2. Evaluation of learning. 3. IDEB.

“Se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar”.

(Paulo Freire).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 - Matrículas da rede pública municipal de ensino de São Luís/MA, localização urbana, nas escolas de ensino fundamental 2018.....	53
Gráfico 01 - A evolução do IDEB no município de São Luís/MA.....	53

LISTA DE SIGLAS

Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)
Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB)
Avaliação Nacional de Rendimento Escolar. (ANRESC (Prova Brasil))
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)
Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
Calendário Escolar (CE).
Câmara de Educação Básica (CEB)
Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED)
Classificação Decimal Universal (CDU)
Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN)
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
Conselho Nacional de Educação (CNE)
Concelho Regional de Biblioteconomia (CRB)
Fernando Henrique Cardoso (FHC)
Fórum Municipal de Educação de São Luís (FME)
Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)
Maranhão (MA)
Ministério da Educação e Cultura (MEC)
Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)
Programa Mais Alfabetização (PMALFA)
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)
Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC)
Plano Estadual de Educação (PEE)
Plano Municipal de Educação (PME)
Plano Nacional da Educação (PNE).

Plano Político Pedagógico (PPP)

Regimento Escolar (RE)

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

Secretaria de Educação (SEDUC)

Secretaria Municipal de Educação (SEMED)

Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAE)

Sistema Municipal de Administração e Controle Escolar (SISLAME)

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

Sistema Nacional de Educação (SNE)

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UM OLHAR HISTÓRICO	18
1.1 Processo Histórico da Avaliação.....	18
1.2 Avaliação da aprendizagem no Brasil no âmbito das reformas educacionais em diferentes contextos históricos.....	20
1.3 Função da avaliação da aprendizagem: outras concepções.....	22
2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL APARTIR DOS ANOS 1990	24
2.1 A Avaliação da aprendizagem na Lei das Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDBEN) Lei N. 9.394/96.....	27
2.2 A Avaliação da aprendizagem nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)	28
2.3 A Avaliação da aprendizagem no Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 10.172/2001.....	29
2.4 A Avaliação da aprendizagem no Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005/2014-2024.....	31
2.5 A Avaliação da aprendizagem na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	32
2.6 A Avaliação da aprendizagem no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	33
2.7 A Avaliação da aprendizagem no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).....	34
2.8 A Avaliação da aprendizagem na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).....	34
2.9 A Avaliação da aprendizagem no Programa Mais Alfabetização (PMALFA).....	35
3 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: DIFERENTES FUNÇÕES	37
3.1 Concepção da Avaliação: primeiras aproximações.....	37
3.2 A importância da Avaliação Emancipatória.....	39
3.3 A Avaliação da aprendizagem no âmbito escolar.....	45
3.4 Avaliação Diagnóstica, Formativa, Somativa, Classificatória e Qualitativa.....	46
4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO SISTEMA PÚBLICO MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LUÍS/MA: ANÁLISE E DISCUSSÃO	51
4.1 São Luís/MA: história e memória.....	51
4.2 Caracterização do Sistema Público Municipal de Ensino de São Luís/MA.....	52

4.3 Estrutura Física da escola pesquisada.....	54
4.4 O que dizem os documentos do Sistema de Ensino?.....	55
4.4.1 PME - Plano Municipal de Educação.....	56
4.4.2 SIMAE - Sistema Municipal de Avaliação Escolar.....	56
4.4.3 Documentos oficiais da escola.....	57
4.5 O que dizem as gestoras e professoras sobre avaliação da aprendizagem?.....	58
4.5.1 As revelações da Gestora sobre avaliação da aprendizagem.....	60
4.5.2 O que diz a coordenadora pedagógica?.....	62
4.5.3 Com a palavra, as Professoras.....	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERENCIA.....	73
APÊNDICE.....	80
APÊNDICES A - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA PROFESSOR TITULAR.....	81
APÊNDICES B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA GESTORA E CORRDENAÇÃO PEDAGÓGICA.....	84
APÊNDICES C -ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA PROFESSORAS.....	86
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Este estudo trata sobre avaliação da aprendizagem no 2º ano do ensino fundamental, cujo objeto foi o de analisar como se realiza a avaliação da aprendizagem escolar em uma escola pública pertencente ao sistema público de ensino de São Luís/MA. Este estudo adotou a concepção de avaliação numa perspectiva diagnóstica, contínua e formativa, o que impôs estudar a problemática da avaliação escolar nos anos iniciais do ensino fundamental em escola pública a partir desse pressuposto.

Compreendendo que a avaliação da aprendizagem envolve concepções e práticas inscritas numa cultura organizacional, geralmente instituída no âmbito em que sujeitos materializam suas práticas, a pesquisa teve como objetivos específicos: identificar a concepção de avaliação de aprendizagem em documentos oficiais do sistema público de ensino de São Luís, bem como na escola pesquisada; identificar as práticas de avaliação da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental; e analisar, a partir do entendimento de gestores e professores qual o uso da avaliação tendo em vista seus princípios pedagógicos e suas finalidades educativas.

O estudo levou em conta a proposta pedagógica da rede, o Projeto Político Pedagógico, o planejamento e a avaliação que, efetivamente, é realizada na escola campo da pesquisa. Buscou-se conhecer, sobretudo, quais os impactos ocasionados na aprendizagem dos alunos, e no trabalho dos professores. Para tanto, se fez necessário analisar as concepções e práticas em sala de aula e estrutura da escola, visto que se compreende o processo de ensino-aprendizagem como totalidade.

Entretanto, para constatação da pesquisa tanto a teoria quanto a metodologia devem andar lado a lado para a compreensão do objeto de estudo, assim, recorreremos às pesquisas bibliográficas disponíveis em diversos formatos e suportes, como: livros, sites de instituições educacionais, assim como, análise documental e pesquisa de campo na escola objeto de nossa investigação, utilizando instrumentos de entrevistas semiestruturadas e observações sistematizadas em salas de aulas, através de entrevistas com a gestora, a coordenadora pedagógica, professoras e professora regente da educação no 2º ano inicial do ensino fundamental.

Para compreender a educação como processo histórico, o estudo recorreu a Saviani (2012), especificamente, seu livro Escola e democracia, o qual tem olhar crítico as mazelas educacionais, e nos processos avaliativos nesta conjuntura; e, também, estudos da

autora Ana Maria SAUL (2015), que aborda sobre a Avaliação emancipatória; além de, Cipriano Carlos LUCKESI (2002); Paul GORING (1981); JORBA e SANMARTI (2003), Paulo FREIRE (1986), entre outros, que contribuíram para à compreensão e análise do fenômeno em relevo.

Desta forma, a pesquisa se justifica pela relevância do tema em questão, nos aguçando a elevar um olhar crítico sobre a avaliação da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, e da importância que os instrumentos avaliativos têm para balizar a qualidade do aprendizado, visto que, entendemos ser também, o processo de avaliação extremamente necessário para promover uma reflexão crítica da atuação do professor no enfrentamento das diversas demandas educacionais e sociais para a construção do saber coletivo.

A monografia está dividida em 04 (quatro) sessões: tendo na primeira sessão a Avaliação da Aprendizagem um olhar histórico; na segunda sessão a Avaliação da aprendizagem nas políticas educacionais no Brasil a partir de 1990; na terceira sessão traz a Avaliação da aprendizagem em diferentes concepções, de forma a conhecermos melhor o objeto de estudo; e na quarta e última sessão aborda a Avaliação da Aprendizagem nos Sistema público de ensino de São Luís/MA, trazendo uma análise e discussão dos dados obtidos.

O estudo deu luz a alguns documentos oficiais normativos, por entender que não se pode negar a importância dos mesmo para compreender as políticas educacionais e, nesse caso, como a avaliação da aprendizagem é entendida e praticada no âmbito das escolas. Entre os documentos analisados, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Lei das Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDBEN) Lei N. 9.394/96, os instrumentos de avaliação da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) como o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), Sistema de Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Sistema Municipal de Avaliação Educacional de São Luís (SIMAI) serviram para compreender os indicadores de avaliação do município de São Luís.

Assim, como verificação da problemática sobre o processo avaliativo de ensino e aprendizagem, escolheu-se uma escola pública municipal de São Luís/MA, que oferece o ensino fundamental anos iniciais no turno vespertino, contribuindo para esclarecer a respeito das práticas avaliativas realizadas na instituição, proporcionando a oportunidade de confrontar as práticas das atividades escolares com a realidade dos alunos, com as notas obtidas por eles, e analisar os processos de avaliação e desempenho dos alunos. Foi importante conhecer se de

fato o objetivo da avaliação aplicada na referida escola atende ao processo de aprendizagem do aluno; ou se está mais preocupada em aprovar ou reprovar os alunos conforme nos orientar os estudos de (LUCKESI, 2005).

Levando em conta a problemática apresentada, a pesquisa buscou responder à seguinte questão: como se realiza a avaliação da aprendizagem escolar no sistema público de ensino de São Luís?

Desta forma esta investigação acadêmica está organizada no intuito de possibilitar uma leitura agradável e melhor entendimento da pesquisa facilitando a compreensão dos dados coletados, da apresentação dos resultados alcançados, considerando essencial e imprescindível para a formação acadêmica do curso de Pedagogia em toda sua estrutura.

1 AVALIAÇÃO DA APENDIZAGEM: UM OLHAR HISTÓRICO.

Durante todo caminho da educação desde a Idade Antiga até os dias atuais verificou-se através da literatura que as bases fundamentais de convergências no processo de desenvolvimento educacional seguem um fluxo de evolução humana, técnica e científica fortalecida por suas construções ao logo do tempo. Assim, é extremamente necessário compreendermos o processo histórico avaliativo como ponto essencial para o desenvolvimento humano, dando ênfase ao percurso da avaliação enquanto instrumento para atestar o desempenho dos alunos trazendo a fundamentação e o caráter da avaliação dentro de suas diversas perspectivas educacionais.

1.1 Processo histórico da avaliação

No processo histórico de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem vale destacar que na Idade Antiga alguns sociólogos asseguram que a estabilidade da civilização na China deve-se a cinco fatores extremamente importantes para formação cidadã, entre estes: o fator da educação e da forma de aplicação de exames, onde estes influenciavam na preservação da tradição, na cultura, na formação política e cidadã proporcionando acesso a todos os cidadãos aos mínimos sociais, além de possibilidades de acesso aos cargos de prestígio e poder.

Desta forma, ao tratarmos sobre a avaliação de aprendizagem considera-se importante traçar um parecer histórico que atravessa contextos desde a interpretação bíblica acerca do processo educativo até a modernidade, com o surgimento dos Estados Nacionais. A fim de, examinar a capacidade cognitiva do homem o qual está inserida em várias conjunturas, entre estes o Bíblico.

Assim, no livro dos Juízes, pode-se perceber algumas formas de avaliação de conhecimento através de testes elaborados e realizados de maneira tradicional, os quais compreendiam perguntas em diversas áreas do conhecimento. Já entre os gregos, em Esparta, as pessoas eram submetidas a vários tipos de avaliação através de jogos e competições, com objetivo de comprovar resistência à fadiga, à fome e à sede, ao calor e ao frio e à dor, preparando-os principalmente os homens jovens para guerra.

E, também, não muito diferente em Atenas, vivencia-se métodos de avaliação tanto física quanto cognitiva, onde se relata que Sócrates, submetia seus alunos a duras horas

de estudo, inquirindo-os de forma oral. Continuando o processo de construção do conhecimento e como se avalia a sua eficácia, se tem registros históricos, de que a Idade Média, é conhecida por intenso espiritualismo e misticismo, onde durante os períodos apostólicos, patrísticos e monásticos eram vista como época das realidades mediatas, e até não perceptíveis pelo sentido. O que fazia predominar os métodos racionais e tradicionais, baseados em argumentos de autoridade, haja vista que o primeiro método aplicado à realidades e acontecimentos não capazes de constatação experimental, e o segundo consistindo em admitir veracidade a partir de doutrina, baseada somente no valor intelectual ou moral dos adeptos da profecia, e/ou linha de conhecimento proposta.

Tendo nesta época, escalas de valores, onde os títulos de doutores eram apenas conferidos aos mestres que decodificavam e explanavam publicamente fundamental da teoria e sentenças de Pedro Lombardo. Levando Santo Tomás, baseado no tratado dos anjos, oferecerem uma nova análise intelectual e reflexiva, imprimindo orientação nova no pensamento cristão da época.

Seguindo-se do Renascimento que exprimia o movimento do humanismo fundamentado em duas correntes, as quais se distinguiam entre a corrente do humanismo cristão e corrente do humanismo pagão. Onde, a corrente do humanismo cristão originava valiosos subsídios para análise e avaliação através de orientação psicológica, visando atender as particularidades dos alunos, preparando-os para o enfrentamento das necessidades, interesses e aptidões.

Assim, o período Renascentista com sua originalidade levava o homem assumir posicionamentos em face da natureza do estudo, não se interessando em adquirir conhecimento através de intervenções meramente dialéticas, mas buscando arguir em função dos fenômenos, para assim, encontrar apontamentos e desvendar segredos e causas dos fenômenos.

Levando a necessidade da construção de sistema educativo, onde educação da criança ficasse sobre o domínio exclusivo e absorvente do Estado. Nesse período houve intensa reação contra o ensino humanista tradicional, apontando planos educativos voltados especificamente às ciências naturais, às línguas modernas e aos trabalhos manuais, trazendo estes fundamentos para todo processo de educação.

1.2 A Avaliação da aprendizagem no Brasil no âmbito das reformas educacionais em diferentes contextos históricos.

Historicamente o processo de avaliação se combina com a forma de colonização do mundo, com heranças datada desde 1549, trazida ao Brasil pelos jesuítas que ensinavam e examinavam o aprendizado através de exercícios e provas, com tarefas educativas objetivando primeiramente converter “ignorantes”, “tolos” e nativos, criando um ambiente civilizado e religioso para conversão dos banidos e aventureiros. (História da educação, Prado, Maria Elizabeth Xavier, 1994 p 41).

O ensino superior no início do século XIX deu-se com a presença da corte no Brasil, onde foram criados cursos de nível superior nas seguintes academias: Academia Real da Marinha (1808), Academia Real Militar (1810), Academia Médico-cirúrgica da Bahia (1808) e Academia Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro (1809), seguindo ordem cronológica de instalações de estabelecimentos de ensino, e novos cursos trazendo reformas educacionais ou curriculares, constituíram um novo quadro da educação no Brasil. Infere-se que no ano 1879, a reforma de Leôncio de Carvalho instituiu a liberdade de ensino, permitindo o surgimento de colégios protestantes e positivistas contribuindo assim, para novas formas de avaliação do aprendizado.

Já em 1891, Benjamim Constant influenciado pelos ensinamentos de Augusto Comte, desta forma é perceptível sua fundamentação positivista, que defendia valores republicanos dos cientistas que visava anular as tensões sociais. Assim, autores como Fernando de Azevedo, entre outros educadores, se mostraram contra o elitismo na educação brasileira, pregando uma escola pública gratuita, leiga e obrigatória datada em 1922, marcada através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o que aguçou entendermos como se dava o processo de avaliação educacional nesta época, pois seguia-se uma ordem cronológica que se dava em sua maioria baseados em ensinamentos católicos, e técnicos, e em reformas educacionais.

Contudo, a partir do Estado Novo promulgou-se leis orgânicas e diretrizes educacionais, promovendo uma divisão do curso secundário em ginásial, colegial, e o ensino profissional, sendo este último, ministrado por meio do ‘Sistema S’, das empresas e indústrias, como por exemplo: o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e o Serviço Nacional do Comércio (SENAC).

O Movimento de Educação Popular liderado por Paulo Freire, proposto em 1960, foi adotado por diversos países da África e América Latina, assim, a partir do Movimento de Educação de Base e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1960 foi instituindo novas perspectivas de educação popular. Logo, em 1961, deu-se a aprovação da primeira lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 4024/61, que garantiu o direito à educação em todos os níveis, levando a criação do Conselho Federal de Educação (1962), que estabeleceu os currículos educacionais, assim como, promoveu autonomia às universidades.

Nos anos seguintes, mais precisamente entre os anos de 1970 e 1985, no período militar, desenvolve-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), este movimento visava à alfabetização continuada de adolescentes e adultos. Vale ressaltar que a forma de avaliação da aprendizagem era fortemente influenciada pelo método de Paulo Freire, que usava palavras tiradas do cotidiano dos alunos, e das necessidades humanas vivenciadas por eles.

Contudo, a educação brasileira encontra-se organizada de forma sistemática, dando-se inicialmente a partir do ensino pré-escolar de alfabetização atendendo crianças até 6 (seis) anos de idade, estando subdividido em: cursos maternos, de jardim da infância e a pré-escola. Tendo assim, continuidade no ensino primário seguido do ensino secundário, e ensino superior proporcionando alcançar o quarto nível de ensino com a pós-graduação.

Frisa-se que 1995, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) desenvolveu programas estratégicos voltados para minimizar maiores índices de repetência voltados à população estudantil mais carente. O que vale enfatizar que avaliação da aprendizagem se constitui em umas das ferramentas mais importantes para a construção de desenvolvimento do ensino e eficiência no processo de aprendizagem, tendo como objetivo principal da Avaliação escolar diagnosticar problemas nos sistemas de ensino, buscando verificar se cada estudante está atingindo as metas propostas pelo ensino escolar.

Vale ressaltar que, as estratégias do governo para o currículo escolar visam diminuir o número de analfabetos, e demonstra, sobretudo, o reconhecimento de que o Estado é responsável por ofertar um ensino de qualidade às crianças, jovens e adultos, permitindo, assim, a elaboração de um diagnóstico da situação educacional do país, verificando os fatores que mais interferem na qualidade do ensino, visando estabelecer prioridades para melhorar o aprendizado.

1.3 Função da avaliação da aprendizagem escolar: outras concepções.

Interessante pontuarmos a função da avaliação de aprendizagem escolar, tendo em vista que esta deve ser vista como prática de investigação, que busca interrogar a relação ensino aprendizagem, identificando os conhecimentos construídos, assim como, as dificuldades encontradas no método de ensino de forma dialógica conformando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos ao longo de sua jornada estudantil, sendo solidificados através da interação de construção e de reconstrução.

O sistema escolar brasileiro possui vários entraves que dificultam que seja realizado um ensino de forma plena. Conforme Nelson Piletti, (1990, p 94), devemos entender a avaliação como termômetro da educação, levando em consideração o estado de sucateamento do sistema de ensino como todo.

Enfatiza-se que a concepção de avaliação perpassa a lógica do processo de avaliação, levando em consideração uma condição estrutural em que pese às relações internas à escola, o trabalho docente, a organização do ensino, o processo de aprendizagem do aluno, sobretudo, a relação com a sociedade. É preciso conceber que a avaliação de aprendizagem dos alunos deve ser orientada para além de verificar desempenho cognitivo, pontuados em boletins escolares, mais de ser visto, com mais preocupação, tendo em vista, a importância do projeto político-pedagógico da escola no processo do ensino-aprendizagem, indo além, do sentido tradicional das avaliações escolares, que leva aprovar ou reprovar os alunos, não se constituindo em uma avaliação plena do aluno.

Devemos entender a ação de avaliar como condição reveladora das possibilidades de construção de um processo educativo mais diverso, e eficiente, visto que, a educação é concebida como um direito, devendo ser respeitadas as diferenças e encaradas como positivas e fundamentais para o crescimento dos sujeitos. Portanto, depreende-se que não cabe o papel à escola o papel de classificar e ou excluir os alunos, levando, em conta o que enfatiza Paulo Freire ao defender que a educação deve pontuar a libertação do sujeito.

Nesse sentido, ao relacionar o papel imensurável da educação às práticas sociais libertadoras, Freire (2006, p. 45) enfatiza que a educação deve chegar ao sujeito para a formação do homem de modo a:

[...] permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue.

Posto que, a escola deve representar como espaço que oportunize à libertação, possibilitando assim, debates, discussões, diálogos e reflexões para que seja possível alcançar a compreensão da realidade vivenciada através das mudanças e das transformações que o processo de ensino e aprendizagem oferece para o ato consciente para aprender e libertar-se. Como Freire (1987, p. 29) enfatiza “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1990.

A avaliação da aprendizagem no Brasil, a partir de 1990 passou a ser objeto de grande debate, tendo em conta que uma nova agenda mundial foi discutida na Conferência de Jomtien, na Tailândia, momento em que foi lançado um olhar para a educação dos países de capitalismo dependente, com vistas a alinhar a educação ao desenvolvimento do capitalismo mundial.

Nesse sentido, segundo Albuquerque (2013), novas demandas foram postas como necessárias para o atendimento educacional, particularmente no Brasil. Nessa esteira, investimentos no atendimento educacional foram garantidos num conjunto de leis que passaram, tanto a organizar a educação nacional quanto a garantir o acesso à educação pública obrigatória.

Posto assim foi criado, no âmbito da educação básica, o SAEB, sob as influências dos organismos internacionais, com o intuito de obter retorno quanto aos investimentos nesse nível de ensino. Já no atual século, o modelo de avaliação passou a ser por escola, com a institucionalização do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em ambos os modelos, a lógica é a de medir a proficiência dos alunos para equiparar às aprendizagens dos países desenvolvidos. Para tanto, implementaram-se, desde então, nos sistemas públicos de ensino do país, a avaliação de larga escola, calcada em índices de proficiência em língua portuguesa e matemática.

Embora esse não seja nosso objeto de estudo, é importante fazer essa breve discussão para mostrar como foi subvertida a avaliação da aprendizagem que passou a não ser orientada pelo seu caráter diagnóstico e formativo, mas para alinhar a aprendizagem às determinações do capitalismo mundial. De igual modo, faz-se uma passagem pelos principais governos, somente para ilustrar que houve políticas públicas educacionais e no âmbito destas, a avaliação se constitui importante termômetro para aferir os efeitos dos investimentos no atendimento educacional.

A educação deve ser encarada de forma a garantir que as crianças tenham oportunidades de desenvolvimento e crescimento pessoal. Desse modo esta precisa ser de qualidade e não quantidade, tendo, sobretudo, professores capacitados e habilitados dispostos a enfrentarem as dificuldades que se dá em todo processo de educação desde a pré-escola até a formação superior. Logo, devemos nos apropriar do conhecimento que contempla os

processos avaliativos no Brasil, e que são necessários para compreendermos esta construção acadêmica, tendo em vista que um país se constrói com educação, saúde, lazer, cultura, e que as políticas educacionais devem acompanhar a evolução do próprio processo de evolução humana.

Assim, abordaremos avaliação nas políticas educacionais no Brasil a partir de 1990 até os dias atuais, buscando compreender este processo de avaliação no campo de atuação profissional do professor, ou seja, em sala de aula.

Vale lembrar que durante este período as políticas educacionais eram marcadas por forte clientelismo, privatização e enfoques fragmentados, os quais podem verificar nos apontamentos de (VELLOSO, 1992), quando trata da discussão sobre a redemocratização e o novo paradigma sobre a gestão educacional.

Entretanto, o governo de Fernando Collor de Mello, presidente neste período (1990-1992), mantinha uma linha de ação composta por aliados políticos conservadores, tendo apoio do próprio MEC, que elevou a constatação de um plano de política e gestão educacional carregado de muito discurso e pouca ação, prejudicando ainda mais, o avanço ou qualquer discussão em prol de melhorias para o sistema educacional do país.

Contundo, sabe-se que neste período os governos brasileiros evidenciavam-se devido suas Políticas Educacionais as quais eram fortalecidas no Neoliberalismo, que inicialmente ascendeu no início dos anos 1990, com a posse de Fernando Collor de Mello, sofrendo alterações no Governo de Itamar Franco, visto medidas de controle, além de uma aceleração na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que marcou desde o seu primeiro mandato que foi (1995-1998).

Enfatiza-se que no governo de Collor de Melo vivenciou-se um período de reajustes da nação brasileira, que segundo marcos históricos estavam sobre o controle “[...] dos ditames da ‘nova ordem mundial’” (SILVA; MACHADO, 1998, p. 25) e o mercado passou a regular as relações humanas e, assim, todos os direitos dos cidadãos (tais como a saúde, a educação, a cultura, etc.). Muitas destas ações que marcam os governos nesta década foram registradas em programas ou documentos que traziam as propostas de governo para o país, entre estes: O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) (1990), O Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991- 1995) e Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional (1991), entre outros. O governo do presidente Collor foi implantado o Programa Setorial de Ação do seu governo na área de educação (1991- 1995), onde a meta consistia incluir o país na nova revolução tecnológica, visto os novos formatos

tecnológicos que já se apresentava nestes novos moldes de um País preparado para um mundo moderno, e em pleno processo de evolução. Nesta mesma perspectiva de acordo com o PNAC, o MEC propôs a mobilização da sociedade a favor da alfabetização de crianças, jovens e adultos, sendo necessário criação de comissões as quais eram formadas por órgãos governamentais e não-governamentais com intuito de reduzir em 70% o número de analfabetos pelo menos nos primeiros 05 (cinco) anos de governo.

Interessante observar que a tendência dos pontos marcados pelos programas de maior ação do Governo Collor, tais como: o Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de educação (1991-1995) e Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional (1991) visava compartilhar responsabilidades iguais entre governo, sociedade e iniciativas privadas, além de reforçar a ideia que a união ou parceria entre o setor empresarial e órgãos do governo traria benefícios à sociedade.

Já no governo de Itamar Franco (1992-1994), as diretrizes governamentais para educação estavam expressas no Plano Decenal de Educação para Todos que marcava os anos de 1993-2003, sendo este o documento decisivo às políticas educacionais voltadas para a educação básica e fundamental, onde este Plano das novas diretrizes educacionais, o qual foi elaborado e coordenado pelo MEC, foi considerado como uma espécie de desdobramento da participação do Brasil na Conferência de Educação para Todos III, com ponta pé inicial em 1990, em Jomtien, na Tailândia, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, ciência e Cultura (UNESCO), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Banco internacional para Reconstrução e desenvolvimento (BIRD). Assim, como outros planos que visavam à descentralização dos planos de governos atuais e anteriores.

De acordo com Saviani, (1999, p. 129,) o “mencionado plano foi formulado mais em conformidade com o objetivo pragmático de atender a condições internacionais de obtenção de financiamento para a educação, em especial aquele de algum modo ligado ao Banco Mundial” (SAVIANI, 1999, p. 129).

Já no governo de FHC (1995), seu plano de governo distinguir por dois eixos da política educacional que permearam o estabelecimento de um mecanismo objetivo e universalista de arrecadação e repasse de recursos mínimos para as escolas. Seguiu-se aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff que deram novos passos em busca de transformarem a educação no Brasil, trazendo políticas de investimentos que teve um grande alcance atingindo todas as etapas do ensino indo do ensino básico até a universidade. Houve

uma parceria de grande relevância para a educação entre a presidência da República e o ministro da Educação permitindo grande avanço na educação na história do Brasil.

2.1 A Avaliação da aprendizagem na Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDBEN) Lei nº. 9.394/96.

Segundo a LDBEN lei nº. 9.394/96 ressalta que, cabe a escola corroborar com a eficácia do processo de avaliação de aprendizagem dos alunos, tendo como base de avaliação as atividades realizadas em sala de aula, ou seja, avaliar o êxito por eles alcançados no processo de ensino aprendizagem. E, por outro lado, tentar minimizar as dificuldades apresentadas, impedindo assim, avaliações impetuosas, evitando que a avaliação inicial seja genérica comprometendo todo o processo. Entretanto, deve-se proceder com uma avaliação contínua que avalie o aprendizado e o desenvolvimento do aluno em todos os seus aspectos.

Neste sentido, há uma diferença fundamental em relação às provas escolares e a avaliação permanente, que se realiza com outros meios e/ou instrumentos, entre os quais se inclui o conjunto de tarefas realizadas pelo estudante no decorrer do ano escolar.

Segundo a LDBEN, a avaliação da aprendizagem é um assunto essencial no processo de ensino-aprendizagem, pois há uma troca de saberes, visto que, tanto o professor pode estar avaliando como deve avaliar os resultados de sua atividade profissional, que também, inclui toda estrutura da instituição (escola), contribuindo diretamente na qualidade do conteúdo que será absorvido pelos alunos em sala de aula.

O que podemos notar também, na atribuição de valores na construção de sua formação, onde Nerici (1985, p. 449), relaciona avaliação com a verificação da aprendizagem, pois, para ele, “[...] a avaliação é o processo de atribuir valores ou notas aos resultados obtidos na verificação da aprendizagem”.

Vale dizer, que a atual LDBEN define que a avaliação da aprendizagem é caracteriza a verificação do rendimento escolar, ensejando que a avaliação deve ser contínua, visando o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, do alcance dos resultados propostos, das metas propostas no currículo escolar, onde devemos acompanhar sua evolução elaborando relatórios mensais, bimestrais e anuais para termos como diagnosticar a qualidade do ensino, e também, da aprendizagem no desenvolvimento tanto cognitivo quanto social e pessoal do educando.

Posto dessa forma, a avaliação deve servir de fundamentação para construção de um plano que auxilie tanto a instituição de ensino, como professor, quanto alunos. A avaliação, também, teve lugar nos Parâmetros Curriculares Nacionais buscando promover a qualidade do aprendizado, alinhando áreas do conhecimento planejamento e currículo.

2.2 A Avaliação da aprendizagem nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

Conforme nosso estudo e pesquisa sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no Brasil, estes são considerados diretrizes elaboradas pelo Governo Federal, objetivando principalmente orientar os educadores, gestores e demais envolvidos com o processo de ensino, especificando aspectos essenciais para cada disciplina disponibilizada pela rede de ensino.

Assim, a concepção de avaliação da aprendizagem contempla também, os PCNs (BRASIL, 1997, p. 55), onde nos diz que: “A avaliação vai além da visão tradicional, que focaliza o controle externo do aluno, através de notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional”. (Grifos nosso). Visto que, a avaliação se dava meramente em aferir a aprendizagem, haja vista que, ao aluno cabia aprender o conteúdo que era passado pelo professor.

Interessante também, sabermos que a avaliação da aprendizagem não se restringe ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, esta deve ser compreendida como um conjunto de atuações que tem função de alimentar, sustentar e orientar o trabalho pedagógico. (BRASIL, 1997).

Vale frisar que nos anos iniciais do ensino fundamental, o processo de avaliação da aprendizagem era pensado pelo docente baseados no planejamento diário, focando a realidade vivenciada em sala de aula, sendo este um grande desafio do professor. Visto que, se fazia necessário desconstruir o pensamento de que professor é o detentor do saber, construindo assim, um pensamento emancipatório, pois o professor deve agir como mediador, estimulando o seu aluno a pensar, e a refletir sobre os conhecimentos a partir do seu próprio olhar, ou seja, de sua realidade.

Contudo, os PCNs funcionam como parâmetros essenciais os quais abrangem as regulações da rede pública de ensino, como da rede privada, proporcionando melhor avaliação da aprendizagem dos alunos, visando também, garantir que os alunos tenham o direito de

usufruir dos conhecimentos essenciais para seu processo de formação escolar, e conseqüentemente, para o exercício da cidadania.

Vale lembrar, que embora não sejam obrigatórios, os PCNs são necessários e importantes, colaborando assim, como norteadores para professores, coordenadores e diretores. Estes por sua vez, podem adaptá-los conforme a realidade de suas escolas. Entretanto, existem vários tipos de PCNs, e nomenclaturas que representam cada nível de escolaridade, os quais são: PCNs do 1º ao 5º ano; PCNs do 6º ao 9º ano; PCNs do Ensino Médio, contemplando as disciplinas: Língua Portuguesa; Matemática; Ciências Naturais; Geografia; História; Arte; Educação Física; Língua Estrangeira; assim como, temas transversais: Ética; Pluralidade Cultural; Meio Ambiente; Saúde; Orientação Sexual; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias, e Ciências Naturais, Matemática e suas Tecnologias, os quais compõem a estrutura sendo primordiais para o processo do ensino-aprendizagem contribuindo para a eficácia do ensino e aprendizado do País.

2.3 A Avaliação de aprendizagem no Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 10.172/2001.

Com base em pesquisa sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), onde este foi criado com o objetivo de conhecer a realidade da educação no Brasil, delineando e planejando possibilidade para resoluções das problemáticas existentes na área de educação, onde pudessem abranger também, iniciativas e ações do governo focadas para atender as referidas demandas.

Em 2001 foi aprovado o primeiro PNE, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, pelo presidente da república FHC, visto que o País passava por inúmeras dificuldades como: desemprego, baixo salário; privatizações, desvalorização do trabalhador, e mínimo investimento em educação, o que afetava ainda mais a qualidade de ensino.

Num dos artigos principais da lei que abordou sobre o processo de avaliação do PNE, é o artigo 11, que faz referência ao SAEB, trazendo como fonte de informação e orientação fundamentais das políticas públicas educacionais, as quais compõem o Sistema de Ensino. Estes fazem referência aos indicadores nacionais de rendimento escolar, que avaliam a aprendizagem através do desempenho dos estudantes, dos indicadores de avaliação institucional fundamentados em informações sobre o perfil de alunos; dos profissionais da

educação; das relações entre a equipe docente e técnica, considerando também, aspectos estruturais; recursos pedagógicos e processos de gestão, e, sobretudo, das relações com o corpo discente a quem imprescindivelmente são elaborados os planos de ensino.

Vale ressaltar, também, que os objetivos do PNE (2001-2011), seguiam os seguintes termos, sendo estes considerados relevantes para toda estrutura do processo de avaliação do aprendizado, e também, para o desenvolvimento humano:

- a elevação global do nível de escolaridade da população;
- a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso na educação pública e democratização da gestão do ensino público, incluindo princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola, bem como a participação da comunidade escolar em conselhos escolares e equivalentes. (UNESCO, 2001, p. 26).

No entanto, as metas e diretrizes não atendiam as necessidades da população, pois não estavam articuladas, e/ou melhor, planejadas para cumprir seu objetivo principal de melhorar a qualidade da educação atendendo aos princípios de uma educação eficiente e de qualidade a que se propunha o plano.

Segundo a UNESCO (2001), o PNE deveria atender as metas gerais para o conjunto da nação, indo de encontro às necessidades de cada região, e estivesse bem clara as estratégias para enfrentar as dificuldades educacionais devido baixo rendimento escolar, assim, este plano contemplava as ações estaduais e municipais que atendessem as demandas também particulares.

O estabelecimento da lei 10.172/2001 que aprovou o PNE descreve os seus pressupostos diante das demandas da educação, apesar do quadro de dificuldades que o país apresentava em termos de acesso à educação tanto básica como superior, além de, constar registros de um grande número de analfabetos, pessoas fora do ambiente escolar, alto nível de reprovações, e aumento no quadro de evasão escolar, entre outras dificuldades.

Assim, a estruturação do documento do PNE é essencial, sendo previstas de acordo com os níveis de ensino, de cada área planejada, conforme objetivos específicos desenvolvendo-se em três eixos: “a) a educação como direito individual; b) a educação como fator de desenvolvimento econômico e social; c) a educação como meio de combate à pobreza” (AGUIAR, 2010, p. 710).

Vale ressaltar que as duas propostas do PNE neste período possuíam:

[...] perspectivas opostas de política educacional. Elas traduziam dois projetos conflitantes de país. De um lado, tínhamos o projeto democrático e popular, expresso na proposta da sociedade. De outro, enfrentávamos um plano que

expressava a política do capital financeiro internacional e a ideologia das classes dominantes, devidamente refletido nas diretrizes e metas do governo. O PNE da Sociedade Brasileira reivindicava o fortalecimento da escola pública estatal e a plena democratização da gestão educacional, como eixo do esforço para se universalizar a educação básica. Isso implicaria propor objetivos, metas e meios audaciosos, incluindo a ampliação do gasto público total para a manutenção e o desenvolvimento do ensino público. (VALENTE; ROMANO, 2002, p. 98)

Assim, ao apreciarmos o texto final do PNE nos leva compreender a real situação da educação no Brasil, e como é importante trabalharmos os instrumentos de avaliações de aprendizagem, haja vista que os planos para educação, seguem os modelos políticos e econômicos vigentes, mesmo com o mínimo de recursos destinados a educação, o que podemos comprovar através dos apontamentos de estudiosos como Saul (2015); e Almeida, (2013), quando afirmam que a educação transformou-se em um negócio com foco no lucro, produtividade e competitividade, princípios estes do Estado Liberal ou neoliberalismo.

2.4 A Avaliação da aprendizagem no Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005/2014-2024.

É relevante explicitar que o PNE (2014-2024), construído neste período, estava atrelado ao histórico de desigualdades que o Brasil passava, o que refletia a situação de instabilidade do governo Dilma Rouseff, e o Ministério da Educação sofria várias mudanças, entre estas inúmeras trocas de Ministros, estendendo até a elaboração do PNE (2014-2024) prevendo ações que contribuísse para minimizar as problemáticas na área de educação.

Vale ressaltar que a elaboração das diretrizes e metas do PNE foram planejadas e desenvolvidas para enfrentar as desigualdades e superar as barreiras para o acesso à educação, tais como: [...] as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania” (BRASIL, 2014, p.9).

Importante, também, frisar que a Lei nº 13.005/2014 que institui o PNE (2014-2024), está estruturada em duas partes, a primeira que contempla as “[...] diretrizes, formas de monitoramento e avaliação, a importância do trabalho articulado entre as diferentes esferas governamentais, a participação da sociedade, prazos para a elaboração ou adequação dos planos subnacionais e para a instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE)” (BRASIL, 2014a).

Além, das diretrizes consideradas norteadoras das ações desenvolvidas no PNE, as quais foram estabelecidas a partir das demandas que assolavam a realidade social do país.

Conseqüentemente, a segunda parte da Lei contemplava as 20 (vinte) metas e 253 (duzentas e cinquenta e três) estratégias, fazendo assim, previsões do que se esperava fazer em um determinado período para minimizar os problemas apresentados.

É relevante enfatizar que a organização do referido documento previa metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e dessa forma promovia a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Sendo assim, este novo PNE é considerado um diferencial com relação ao anterior, sendo mais adequado para aplicação, e para abalizar o processo de avaliação de ensino e aprendizagem.

Contudo, Saviani (2009, p.22) alerta que as estratégias são muitas e não podem ser isoladas, devido estarem vinculadas e funcionarem como submetas específicas.

2.5 Avaliação da aprendizagem na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Tratar sobre a BNCC é pensar em uma educação estruturada e de qualidade, assim, este documento tem grande relevância para o processo de educação e formação escolar. Portanto, também, para os educadores de forma geral, este se apresenta como documento obrigatório que traz diretrizes essenciais para nortear a elaboração dos currículos nacionais da educação do País.

Assim, o Ensino Fundamental nos Anos Iniciais segue as nomenclaturas da BNCC onde trata que:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (BRASIL, 2016, p. 57).

Pontua-se que a BNCC delibera o que é primordial para os alunos, para que seja proporcionado um ensino de qualidade, garantindo, sobretudo, a equidade e a igualdade em toda sua estrutura. Assim, nesta corrida por uma educação de qualidade, o ministro da Educação, em 14 de dezembro de 2018, homologou o documento da BNCC, que contempla todas as etapas da educação. Segundo Mendonça Filho, Ministro de educação, a BNCC é: “um documento plural e contemporâneo, resultado de um trabalho coletivo”.

De tal modo, com a implantação BNCC, as redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares terão um referencial nacional comum, que de forma indispensável constituirá a elaboração dos currículos e propostas pedagógicas visando

promover a qualidade do ensino, dando, sobretudo, a autonomia dos entes federados e as particularidades regionais e locais, e aos professores e mestres da educação.

Vale observar que a LDBEN de 1996, e no PNE de 2014, está prevista na Constituição de 1988, e tem o compromisso com toda a nação brasileira a promoção de uma educação integral que ofereça conteúdos e acompanhamento ao desenvolvimento pleno dos estudantes, dando também, importância necessária ao acolhimento com respeito às diferenças e, sobretudo, sem discriminação e preconceitos.

Entende-se que a implantação da BNCC em todo o País, foi necessária, e indispensável para melhoria do ensino, e contou com a parceria do MEC e todos os Estados, do Distrito Federal e dos municípios, com intuito de apoiar e trabalhar em conjunto para que as mudanças apresentem benefícios a todos os estudantes, e agreguem mais autonomia e eficiência ao processo de educação.

Como podemos observar no Parecer Conselho Nacional de Educação (CNE) / Câmara de Educação Básica (CEB) nº 11/201029, presente em (BRASIL, 2010), onde: “os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo”.

Independente da política, quando esta se expressa pela qualidade da educação, logo está implícito o caráter e o papel da avaliação da aprendizagem, tendo em vista que esta é o instrumento por meio do qual o professor reflete sobre os alcances e entraves do processo educativo, o que aponta para uma tomada de decisão quanto aos objetivos, os conteúdos, as estratégias e, também, para reorientar o planejamento e a própria avaliação que realizam.

2.6 A Avaliação da aprendizagem no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

O processo de avaliação da aprendizagem no SAEB é apresentado através do Sistema de Avaliação da Educação Básica, o qual é composto por três grandes avaliações em larga escala: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEAB) que tem sua estimativa de formato amostral, no qual avalia estudantes das redes públicas e privadas do país em áreas urbanas e rurais, tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, equidade e a eficiência da educação brasileira.

O SAEB tem como aporte também, neste processo de processo de avaliação da aprendizagem a ANRESC/Prova Brasil que realiza a Avaliação Nacional do Rendimento

Escolar, onde se dá de forma censitária, no qual abrange os estudantes de 5º e 9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais estaduais e federais. E do mesmo modo a Prova Brasil que avalia os conhecimentos dos estudantes de Língua Portuguesa e Matemática cujo resultado do desempenho, é um dos elementos que compõe o IDEB que é calculado por escola.

Este método de avaliação de aprendizado é muito importante para que toda estrutura da rede de ensino possa vislumbrar a real necessidade de utilização dos instrumentos de avaliação, tendo este como suporte e instrumento balizador da qualidade e eficiência do ensino, visto que consegue alcançar não só as áreas urbanas, mais também a zona rural que sofre com as péssimas condições de acesso aos mínimos sociais, entre estes a educação.

2.7 A Avaliação da aprendizagem no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

O IDEB foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

Desta forma, o IDEB funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, os índices de avaliação da aprendizagem pelo IDEB são calculados a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP.

Ressalta-se que os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente, onde as médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do SAEB, para os estados e o País, realizados a cada dois anos.

Importante pontuar que as metas estabelecidas pelo IDEB são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 06 (seis) pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

2.8 A Avaliação da aprendizagem na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)

Vale saber que a avaliação da aprendizagem utilizando o instrumento ANA, o qual consiste em uma avaliação externa e censitária destina-se a aferir os níveis de

alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (Leitura e Escrita) e Matemática de todos os estudantes do 3º ano do ensino fundamental, matriculados nas redes públicas no final do Ciclo de Alfabetização. Tendo como também, como objetivo produzir indicadores saberes as condições de oferta de ensino e concorrer para a melhoria da qualidade do ensino e redução das desigualdades em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas Diretrizes da Educação Nacional (Brasil. INEP, 2013).

Neste processo de avaliação passam todos os estudantes do 3º ano do ensino fundamental que estão devidamente matriculados. Sendo extremamente importante para avaliar o nível de educação, uma vez que se considera a Alfabetização um dos pilares fundamentais para que os estudantes possam continuar as seguintes etapas de aprendizado para desenvolvimento escolar.

Desta forma, a ferramenta ANA visa através dos testes medir a proficiência dos estudantes apresentando informações contextuais como o indicador de Nível Socioeconômico e o indicador de Formação Docente da escola.

Esta pesquisa através do instrumento ANA além de avaliar o conhecimento obtido pelas crianças também avalia o cumprimento da meta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que estabelece o pacto de que todas as crianças até oito anos de idade sejam alfabetizadas em português e matemática, este pacto é uma iniciativa dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e administrações municipais, que contribui pra a Avaliação fundamentada no instrumento ANA, onde é realizado através do preenchimento de questionários contextuais, os quais possibilitam serem coletadas informações sobre a gestão escolar, sobre a formação docente, a infraestrutura e também, sobre a organização pedagógica.

2.9 A Avaliação da aprendizagem no Programa Mais Alfabetização (PMALFA)

O Programa Mais Alfabetização está instituído por meio da Portaria MEC nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, é uma estratégia do MEC, que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano; e no 2º ano do ensino fundamental, dando, sobretudo, apoio técnico e financeiro as unidades escolares no processo de alfabetização do ensino fundamental.

O objetivo através da avaliação pelo PMALFA é fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização, contribuindo para fins de leitura, escrita e matemática

dos estudantes no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental. Tendo como base fundamental as diretrizes do MEC que garante apoio adicional as unidades de ensino. Vale dizer que o apoio técnico dado através do MEC tendo o PMALFA como instrumento é realizado através de seleção de um assistente de alfabetização que fica sobre responsabilidade da Secretaria de Educação, por um período de cinco ou dez horas semanais para cada turma de 1º e 2º anos, nas unidades escolares devendo auxiliar as atividades do professor alfabetizador.

Observa-se que o PMALFA reconhece que a família, a comunidade, a sociedade e o poder público devem assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, nos termos do art. 227 da Constituição, bem como reconhecer que a responsabilidade pela alfabetização das crianças deve ser acolhida por docentes, por gestores, pelas secretarias de educação e pelas instituições formadoras como um imperativo ético indispensável à construção de uma educação efetivamente democrática e socialmente justa.

Vale dizer que o MEC considera uma pessoa alfabetizada em Língua Portuguesa, quando o estudante compreende o funcionamento do sistema alfabético de escrita; e passa a ser capaz de construir autonomia de leitura, apropriando-se de estratégias de compreensão e de produção de textos. Segue-se este mesmo padrão, para que o estudante seja considerado alfabetizado em matemática, devendo aprender a raciocinar, a representar, a comunicar, a argumentar, a resolver problemas em diferentes totalidades.

Com base nas regulamentações do MEC o programa dispõe de bases no reconhecimento de que os estudantes aprendem em ritmos e tempos singulares, e que estes precisam de acompanhamento individualizado para superarem os desafios do processo de alfabetização. Entende-se, contudo, que a alfabetização constitui o alicerce para a aquisição de outros conhecimentos escolares, preparando os estudantes para uma vida autônoma, reconhecendo também, que o professor alfabetizador tem papel fundamental nesse processo de ensino aprendizagem.

Portanto, o PMALFA tem fundamental importância para garantia e eficácia da educação cumprindo, sobretudo, as determinações do BNCC, aprovada pelo CNE, por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, possibilitando assim, o aprendizado eficiente através da leitura e da escrita, e do desenvolvimento em práticas diversificadas de letamentos estreitando também, a participação das famílias.

3 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: DIFERENTES FUNÇÕES.

A educação no Brasil é formada por grupos com fins específicos para cada faixa etária do estudante. Dessa forma, ela é constituída pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O ensino fundamental é subdividido em anos iniciais e anos finais, essa fase da educação básica está entre dois períodos importantes. O aluno sai da educação infantil para dar início uma nova jornada que são os anos iniciais do ensino fundamental, o qual culminará na sua entrada no ensino médio.

Os anos iniciais do ensino fundamental são organizados do 1º ao 5º ano, é a etapa que marca a saída da educação infantil, nessa fase, a criança participa de atividades lúdicas que favorecem o seu desenvolvimento motor, cognitivo, social, entre outros aspectos. Para Veiga (2009), nesta construção de conhecimento a avaliação da aprendizagem escolar nos anos iniciais, busca apoiar-se em métodos de investigação, tanto documentais quanto, em campo de pesquisa para assim, oferecer subsídios para a compreensão a respeito das questões relacionadas ao processo de avaliação, as quais se apresentam nos espaços educacionais.

Segundo Saviani (2009, p.6), “a escola organiza-se como agencia centrada no professor, o qual transmite, segundo [...] o acervo cultural dos alunos [...]”. O que nos leva a perceber a preocupação do autor, com a maneira de como a escola é organizada, o que não demorou em suscitar certa decepção neste modelo.

Nesse sentido, o processo de avaliação do ensino-aprendizagem, parte fundamental no desenvolvimento de toda pessoa em formação, e pode significar muitos eventos que nos leva ao diagnóstico periódico capaz de orientar a prática do ensino; assim como, para verificação do aprendizado; para certificação e obtenção de um título; seleção ou classificação em processos competitivos, etc.

3.1 Concepção de Avaliação: primeiras aproximações

Assim, buscando compreender a concepção de Avaliação da aprendizagem nos leva a problematizar o papel da avaliação refletindo o papel dos professores/educadores que ainda trabalham em prol do ajustamento ao tipo de sociedade que culpabiliza o indivíduo pelo não aprendizado. Esta visão de culpabilização do indivíduo nos leva a um sentimento de crítica ao modelo de escola tradicional, trazendo críticas que foram levantadas a este modelo, que deu

base a diversas teorias da educação, as quais mantinham a crença no poder da escola, e em sua função social de maneira igualitária.

Neste sentido, compreende-se a visão de Saviani (2009, p. 23), sobre a pedagogia nova, quando afirma que esta começa quando os professores passam a criticar a pedagogia tradicional, “[...] dando os primeiros passos para esboçar e interpretar o processo de educação a partir de experiências restritas, e posteriormente, defende sua ampliação ou generalização nos demais âmbitos escolares”.

Enfatiza-se que o processo de avaliação faz parte de todo desenvolvimento educativo, devendo visar à progressão da aprendizagem dos alunos, sendo então, um processo, que determina o grau em que as mudanças de comportamento estão ocorrendo, para que o professor identifique as dificuldades de seus alunos e, também, possibilidades de melhor incluir os alunos num processo que contribua para a progressão das habilidades do indivíduo em formação. Pois, para que o ato educativo seja completo o professor deve mediar sua turma com dinamicidade, interagindo e buscando juntamente aos alunos para que haja aprendizado e troca de conhecimento de forma mútua e contínua.

Assim, conforme os estudos de Goring (1981, p. 14), “as atividades avaliativas incluídas no ensino devem servir para motivar no estudante um empenho maior no processo de aprendizagem. Esta motivação pode e deve ser positiva”. Essa assertiva objetiva principalmente motivar para o crescimento, acarretando em auto avaliação do próprio aluno.

Entretanto, ao longo do tempo a avaliação foi caracterizada como um processo de seleção, o que considerava a inclusão de alguns e a exclusão de outros, voltando algumas práticas da escola tradicional, no caráter até mesmo, punitivo aos alunos, e de processos de diferenciação, ou até de marginalização dos mesmos, os quais eram identificados a partir da diferença no domínio do conhecimento, na participação do saber e no desempenho cognitivo, e do desenvolvimento na realização das atividades regulares.

Com o passar dos anos, as discussões em torno do processo de educação e da avaliação foram tornando-se cada vez mais aprofundadas, e o mérito da questão passou a ser pautado no enfoque avaliativo cognitivo, onde a avaliação acontecia de maneira que valorizasse o aspecto formativo do aluno, e não se pontuando em aspecto meramente seletivo.

Neste período imergiu um sentimento de desilusão nos meios educacionais, levando o modelo de pedagogia nova a tornasse dominante como concepção teórica, afirmando ser mensageira de “todas as virtudes, e de nenhum vício”, o que trouxe prejuízo à pedagogia

tradicional que carregava erros e equívocos de longos anos de construção do processo educativo.

Com base nas reflexões da teoria tradicional e das novas propostas apresentadas para educação, passa-se a pensar no modelo baseado na teoria de Paulo Freire, que enfatizava a Educação Popular, sendo esta uma espécie de “Escola Nova Popular”.

O que nos leva a destacar que, segundo o próprio Paulo Freire (1979), a educação popular é “[...] uma forma de “prática cultural para a liberdade”, deveria transformar todo o sistema, e toda a lógica simbólica da educação tradicional”.

Assim, o processo de avaliação escolar, vem sendo praticado independentemente do processo ensino aprendizagem tradicional, ganhando foros de independência da relação professor-aluno. O que podemos verificar na percepção Luckesi (2002, p.23), que afirma:

[...]. As provas e exames são realizados conforme o interesse do professor ou sistema de ensino. Nem sempre se leva em consideração o que foi ensinado, mais importante do que ser uma oportunidade de aprendizagem significativa, a avaliação tem sido uma oportunidade de prova de resistência do aluno aos ataques do professor, as notas são operadas como se nada tivessem a ver com a aprendizagem. As médias são médias entre números e não expressões de aprendizagens bem ou malsucedidas.

Desta forma, a avaliação deve ser um processo contínuo e sistemático, podendo ser utilizada como um recurso para a orientação do trabalho do professor em sala de aula, pois este indica como o estudante está desenvolvendo sua aprendizagem, identificando quais suas dificuldades, e suas demandas, visto que estas percepções do desempenho dos alunos colaboram para nortear a prática educativa.

3.2 Importância da Avaliação Emancipatória

Neste sentido nos leva a pontarmos a importância da avaliação emancipatória para reformulação do currículo no processo de ensino-aprendizagem, que de acordo com Saul (1995), de fato é uma preocupação, visto constituir uma vertente antiga, sendo necessário buscarmos a origem da avaliação de rendimento, para assim, resgatar e mensurar mudanças comportamentais que incidem sobre o processo de avaliação.

Segundo Tyler, 1949 Apud Saul (1995, p. 29), aborda a trajetória da avaliação da aprendizagem influenciada ao pensamento de Tyler (1949), quando ressalta que:

Recuperar essa história é traçar a própria evolução do pensamento curricular, uma vez que a avaliação da aprendizagem continuou a ser compreendida como uma dimensão de controle do planejamento curricular, uma vez que a avaliação da

aprendizagem continuou a ser compreendida como uma dimensão de controle do planejamento curricular. (TYLER, 1949 apud SAUL, 1995).

Ainda, nos estudos de Saul (1995, p. 25), o processo de avaliação apresenta-se como “atividade associada à experiência cotidiana do ser humano”. O que nos leva a dizer, que no cotidiano escolar perpassa todo processo de construção do conhecimento.

Assim, no cotidiano escolar, o simples ato de prestar atenção no aluno, para que dúvidas sempre recorrentes impulsionem aulas criativas e prazerosas, tendo o planejamento concebido de forma flexiva, como um articulador da prática pedagógica é essencial nesta construção de um indivíduo emancipado na forma de seu aprendizado (SAUL, 1995).

Compreende-se que se faz necessário toda cautela, no que diz respeito ao processo de ensino, e principalmente ao processo de avaliação, e este deve impulsionar o educador a realizar novas reflexões e novas práticas para melhor desenvolver seu planejamento educativo. Logo, a relação dos critérios de avaliação se desenvolve sobre uma ação reguladora que se dar no desenvolvimento dos objetivos pedagógicos, envolvendo a atividade do professor e da aprendizagem que se pretende atingir atares do desenvolvimento dos alunos.

Para tanto, a avaliação deve obedecer a critérios claros sobre a metodologia que será utilizada, conforme vimos no ensinamento de Gessinger (2010, 224), onde enfatiza que: “[...] o processo avaliativo se torna transparente e entendido por todos os que dele participam”.

Nessa perspectiva a avaliação da aprendizagem assume a propriedade formativa, que visa a percepção de eficiência não apenas por uma determinada área, ou por formas de entendimento, visto que se alteram de acordo com a realidade de cada aluno, e também, da forma de como o professor realiza suas atribuições em sala de aula.

Assim, podemos destacar sendo uma ação pedagógica, baseado nos apontamentos de Jorba e Sanmarti (2003, p. 23), que nos diz que:

A avaliação formativa tem como finalidade fundamental a função ajustadora do processo de ensino aprendizagem para possibilitar que os meios de formação respondam as características dos alunos. Pretende se detectar os pontos fracos da aprendizagem, mas do que determinar quais os resultados obtidos com essa aprendizagem.

Com isto, entende-se que os critérios avaliativos são circunstancias, devido os inúmeros desdobramentos que apresentam-se no contexto de ensino e aprendizagem, para tanto é importante salientar que quando não especificado de forma clara os métodos avaliativos aos alunos podem comprometer toda a sua ação reguladora. Causando também, falha na explicação dos objetivos que se almeja chegarem.

Visto que, não ficando claro toda esta estrutura o professor pode atingir uma dimensão ainda maior na ação reguladora, visto que é um processo contínuo, e que se faz sua construção todos os dias em sala de aula, pois no âmbito escolar que surgem inquietações sobre os assuntos abordados, sendo neste momento importante que o professor esteja ciente dos objetivos e da expectativa novas formulações vendo o aluno como peça fundamental.

Ao descrever os critérios aos alunos o professor em sua atividade diversificada pode solicitar aos alunos que realize uma avaliação a respeito dos critérios e todos aspectos não considerados na atuação da avaliação, logo é importante considerar como um auto avaliação, visto que os alunos como avaliadores vão destacar o que foi compreendido, o que foi atingido e o que poderá se atingir de acordo com a atividade proposta.

Ressalta-se que um importante fator a se destacar é a ocorrência de contradição entre a proposta de aprendizagem e os critérios relacionados com a avaliação, uma vez que aos alunos são apresentados os critérios, todavia a tarefa realizada executada por professor/aluno não corresponde aos critérios e aos objetivos da aprendizagem esperada, comprometendo a aprendizagem do aluno que fica clara que não foi entendida, o valor diagnóstico onde o professor não irá conseguir abstrair em que ponto ele pode melhorar o desempenho do aluno e auto regulação da aprendizagem.

Como relaciona Rodrigues (2008), é de suma relevância a comunicação entre o professor e o aluno principalmente a relação dos critérios e docentes de uma mesma disciplina, curso ou área. O entendimento entre estudantes e professores é essencial para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. E pela comunicação que os alunos se conscientizam de seus progressos e sobre quais caminhos seguir para sanar seus problemas.

É importante salientar que nesse processo de comunicação entre ambas às partes o aluno consegue identificar seu progresso assim como retrocesso diante de uma determinada área, o professor nesse processo orienta os alunos a qual caminho seguir e a resolver as atividades.

Nesta construção de entendimento sobre o processo de avaliação da aprendizagem concorda-se com a pesquisa desenvolvida a respeito das formas de expressão da aprendizagem, sobre as formas, tipos de avaliação e categorias, que se constata que a avaliação se faz presente em todos os domínios de atividade humana. Assim, o "julgar", o "comparar", isto é, "o avaliar" faz parte do cotidiano do aprendiz.

Como afirma Dalben (2005), seja através das reflexões informais que orientam as frequentes opções do dia-a-dia ou, formalmente, através da reflexão organizada e sistemática

que define a tomada de decisões. Como também, através dos exercícios formalmente organizados. Com isto, a avaliação de aprendizagem na conjuntura escolar efetiva-se segundo escopos escolares, aos valores e normas sociais para preparação do indivíduo enquanto cidadão.

Neste sentido, tal modalidade atende a uma tradição que deixa de lado outros procedimentos, e possibilidades de obterem informações sobre a aprendizagem dos alunos, tendo em vista, que os procedimentos sempre evocam as provas tradicionais, deixando de lado, outros tipos de avaliação que permitam outras configurações de expressão da aprendizagem, onde o professor pode prevalecer-se de atividades didáticas familiares aos alunos, desenvolvidas no cotidiano da aula favorecendo o melhor aprendizado.

Enfatiza-se que a avaliação escolar não acontece em momentos isolados do trabalho pedagógico, visto que este se inicia, e permeia todo o processo de construção até conclui-se em uma totalidade. Portanto, a avaliação está estritamente unida ao caráter do conhecimento, uma vez que se reconhece sua natureza epistemológica. Assim percebemos que a avaliação não é apenas uma prática escolar, ou uma atividade puramente técnica, e sim uma atividade que inclui diversos fatores, que irão traduzir a prática pedagógica na construção do saber.

Dessa forma, nos leva a compreendermos que a atividade avaliativa deve ser entendida pelo aluno como um momento intrínseco ao processo de aprendizagem, e que muitas vezes o resultado está acompanhado de ansiedade, e de outros fatores que desfavorecem o aprendizado.

Durante estas etapas iniciais de avaliação do aprendizado do aluno percebemos que não se pode avaliar somente atribuindo nota a um aluno mais avaliar sobre todos os aspectos desenvolvidos dentro e fora do âmbito escolar. Visto que, a avaliação da aprendizagem deve ser um instrumento no qual se possa identificar e analisar a evolução, a rentabilidade e as transformações do educando, ratificando a construção do conhecimento.

Para tanto, concorda-se com Ângelo e Cross (1993, p.24), os quais recomendam que “[...] os professores interessados em promover diferentes modalidades de avaliação sejam criativos e inovadores: adapte, inove, não adote”.

Observa-se ainda que existem a necessidade dos professores devido as novas tecnologias permitirem novos olhares tendo novas formas de ministrar aulas, podendo ensinar, olhando para além de suas ideias, buscando desconstruir procedimentos rotineiros, transformando as atividades mais interessantes no processo de construção do conhecimento.

Tendo, sobretudo, o compromisso político e ético para contribuir de forma eficiente no desenvolvimento da cidadania de seus educandos. Porém, nesta caminhada de lutas e enfrentamento por uma educação com mais qualidade, especificamente no Brasil, se deu inúmeras iniciativas e ideias pedagógicas apreendidas de países considerados de primeiro mundo, sendo assim, modelos a serem seguidos, mais não se pode deixar de considerar as condições que vivenciamos em nosso País em diversos aspectos, principalmente no que diz respeito aos financiamentos para a educação, que atualmente tem sofrido inúmeros cortes, o que desfavorece o fazer profissional do professor, e de toda estrutura educacional de ensino.

Sabe-se ainda, que por muito tempo a prática de avaliação de aprendizagem foi e é permeada por uma relação autoritária, e ainda conservadora, a qual nos permite perceber criticamente a postura negativa do papel do professor nos moldes do conservadorismo, onde para manter a disciplina e atenção dos alunos, se vale da força da autoridade como professor e único detentor do conhecimento.

Entretanto, a avaliação da aprendizagem escolar ainda se apresenta como objeto de estudo bastante contundente no meio das indagações nos diversos encontros acadêmicos, o que sempre gera grandes discursões, debates no âmbito social, educacional, e, particularmente na escola visto que é no âmbito escolar que se desenvolve na pratica todas as teorias para desenvolver uma educação eficaz.

Ressalta-se ainda, que muitos estudos têm tratado da avaliação da aprendizagem tanto por meio de estudos teóricos, quanto empíricos, estabelecendo as várias formas em que a avaliação é apropriada.

Nesse sentido, alguns autores, produzindo uma dicotomia entre a avaliação da aprendizagem, o ato de avaliar, e o ato pedagógico. Luckesi, (2005, 2011); Vasconcelos (1998); Hoffmann (1993); entre outros, os quais contribuem para a discussão desta temática, pois criticam a forma como a avaliação vem sendo utilizada, no âmbito escolar, tratando o processo avaliativo como instrumento de punição e de poder pelo professor, o que leva muitos alunos a desistirem de continuar na escola, causando prejuízo não só a eles, mais para toda sociedade.

Percebe-se com isto, que no ambiente escolar, e frisa-se aqui na escola objeto da pesquisa que o processo de avaliação tem sido tratado com muita preocupação, gerando polêmicas em torno de como vem sendo utilizada, uma vez que o uso desse importante instrumento nem sempre tem atendido aos fins da aprendizagem, tendo em vista estudos

teóricos e empíricos que discutem sobre a avaliação dentro dos seus aspectos qualitativos e quantitativos, apresentando resultados que nem sempre condizem com a realidade.

Assim, nos apontamentos de Luckesi (1999, p.81), onde trata sobre o processo de avaliação da aprendizagem, este afirma que deve ser adotada como um “[...] instrumento que existe para mensurar a qualidade da assimilação do conhecimento por parte do aluno e para compreender em que estágio da aprendizagem ele se encontra”.

Logo, entende-se também, que é possível estabelecer um vínculo entre o ensino e a qualidade, visto que as propostas de intervenção realizadas pelos professores são essenciais para o processo de avaliação da aprendizagem, servindo, contudo, para estabelecer um contato mais humanizado com os alunos. Visto porque a avaliação que se baseia apenas em notas retira dos alunos, retira deles a criatividade e a criticidade, gerando insegurança em desenvolver e executar suas tarefas em função apenas da nota, e não pelo conhecimento. Desta forma, a aprendizagem não cumpriu seu objetivo de construir conhecimento, e passa a ser um processo desmotivador, contribuindo para a exclusão social.

Por outro lado, Juçara Hoffmann (2008, p.17) nos afirma que a avaliação deve ocorrer da forma mediadora, possibilitando a investigação, a mediação e a possibilidade de aproximar hipóteses aos alunos, provocando a percepção de pontos de vistas para construção de um caminho comum para o conhecimento científico, o qual permite aprofundar teoricamente o domínio do professor em prol do aluno.

Para tanto implica uma análise qualitativa, uma avaliação não de produto, mas do processo contínuo, através da sua análise diária sobre a produção dos alunos, através de observações do dia a dia, e de uso de registros de sala de aula.

Ainda nos apontamentos de Hoffmann (1993, p. 12), sobre a avaliação da aprendizagem, onde trata como instrumento mediador, a qual apresenta três princípios: o primeiro da investigação precoce, onde (professor faz provocações intelectuais significativas); o segundo da provisoriedade (sem fazer juízos do aluno), e o terceiro da complementaridade, o qual (complementa respostas velhas a um novo entendimento).

Já segundo Ana Maria Saul (2015, p. 130), quando trata sobre a avaliação escolar, indo na contramão da lógica educacional, nos leva a refletir sobre a obrigação da busca por uma educação democrática e emancipadora, observando que a partir da década de 1990, a discussão sobre a educação básica no Brasil se deu:

[...] associada ao debate sobre a melhoria da qualidade da educação, com foco na avaliação do rendimento escolar, a partir de resultados do sistema de avaliação externa. Esse alinhamento tem feito emergir posicionamentos sobre decisões que

orientam a política educacional, a organização curricular, os saberes selecionados e trabalhados nas escolas, os métodos de ensino, a seleção de livros didáticos e a formação dos educadores. Significa reconhecer que a política educacional e as decisões dela decorrentes têm sido fortemente afetadas e mesmo dirigidas pela avaliação.

Vale ressaltar que, além dos critérios que devem ser levados em conta no processo avaliativo no âmbito escolar, outros fatores são importantes e precisam ser levados em consideração, tais como: as condições de trabalho, os recursos didáticos e pedagógicos que incidem diretamente sobre o trabalho a ser feito e por via disso um melhor processo avaliativo, e, sobretudo, as necessidades e os problemas vivenciados pelos professores durante o processo de ensino-aprendizagem.

Concorda-se com Hoffmann (1996, p. 67), quando aponta a necessidade de refletirmos sobre os “métodos de avaliação, do conhecer melhor os tipos de diagnóstico e avaliação, como instrumento que possibilite a tomada de decisão sobre o processo de ensino e aprendizagem”.

Visto que, o processo de construção do conhecimento permeia a avaliação numa perspectiva construtivista, proporcionando ao sujeito a capacidade de elaborar hipóteses, vivenciar experiências, agregando conhecimento capaz de modificar suas ideias iniciais, proporcionando fundamentos para a efetivação do aprendizado.

3.3 A Avaliação da aprendizagem no âmbito escolar

Amplas são às observações relacionadas à avaliação que o estudante faz na escola, individual, no espaço entre uma aula, e outra bem como a exigência de que o aluno tenha estudado a matéria no dia anterior, feita em casa sendo assistido e observado por um adulto alfabetizado, estando preparado a realizar um teste de tudo o que foi ensinado durante a semana, mês ou um bimestre.

A frustração acontece quando o aluno não corresponde as expectativas do professor na nota, mesmo que essa criança possa não ter tido condições de se preparar adequadamente para a prova, pois a mesma poderia ter se sentido mal durante a sua realização, ter ficado muito ansioso, nervoso e até mesmo de pôr pouca sorte ter tido de ter estudado bem mais justamente a parte da matéria que o professor não pediu no teste.

Se o intuito do educador não for somente a de verificar quantas informações o aluno conseguiu abstrair, guardar em sua cachola, mas sim a de entender como o aluno está aplicando tudo o que ele estudou durante as lições, para compreender os assuntos estudados e

para resolver problemas sugeridos pela disciplina estudada, então a prova pode ser uma boa ocasião para professor e alunos realizarem uma revisão de tudo o que foi ou que precisaria ter sido aprendido e percebem o que ainda pode ser aperfeiçoado.

Como professor é conciso não perder de vista que a razão de tudo o que acontece na escola e em sala de aula é o aprendizado dos alunos e que se a avaliação não puder ensinar nada a eles, não se explica o tempo e toda a energia gastos na preparação e correção dos testes. Nesse sentido, é essencial do mesmo modo fazer proveito da correção da prova como uma importante chance de os alunos conseguirem observar as suas principais dificuldades, para que assim eles possam aplicar mais tempo ao estudo de tudo aquilo que ainda não conseguiram entender para aprender, para assim aumentar mais, seus saberes e habilidades, de modo que possam recuperar as falhas anteriores.

Nesse caso, inevitavelmente será exigida do professor máxima atenção, no sentido de que o mesmo possa proporcionar ao estudante outra chance de compreender as particularidades da fala e da escrita. Enfim, cabe ao professor ter o cuidado de analisar se o tipo de prova e a forma de correção que está sendo empregada estão verdadeiramente cooperando para o aprendizado de seus alunos, tornando adequado o empenho dedicado a sua realização.

3.4 A Avaliação Diagnóstica, Formativa, Somativa, Classificatória e Qualitativa.

A modalidade diagnóstica versa na pesquisa, projeção e retrospectiva das condições do desenvolvimento do aluno, consentindo averiguar as causas de frequentes dificuldades de sua aprendizagem. Assim sendo, nesta conjuntura a função diagnóstica tem como objetivo identificar e analisar as causas de repetidas inaptidões na aprendizagem, informando problemas em seu desempenho escolar.

Sobre esta afirmativa Luckesi (2001, p. 82), expõe para que seja possível a avaliação diagnóstica, é preciso compreendê-la e realizá-la de forma comprometida com uma concepção pedagógica, ou seja: “[...] A avaliação diagnóstica não se propõe e nem existe de uma forma solta e isolada. É condição de sua existência a articulação com uma concepção pedagógica progressiva [...]”.

Tendo em vista, que esta forma de entender, propor e realizar a avaliação da aprendizagem determina que ela seja um instrumento auxiliar da aprendizagem, e não meramente um instrumento de aprovação ou reprovação dos alunos. Com isto, uma vez que a

função formativa ou de controle têm a finalidade de encontrar, assinalar as deficiências e as insuficiências no transcorrer do processo educativo, nas quais os instrumentos estão de acordo com os objetivos a serem atingidos.

Já a avaliação somativa no ambiente escolar se relaciona às avaliações externas, sendo geralmente realizada no final de um processo educacional com objetivo de avaliar o resultado da aprendizagem bem como proporcionar reflexões sobre os resultados obtidos e oferecer um direcionamento de ações administrativas e pedagógicas que visem à melhoria da educação tanto para uma rede de ensino quanto para uma escola, gerando informações sobre a qualidade do processo instrucional, e quanto a alcance dos objetivos de aprendizagens. Por isso, muitos preferem chamar essa avaliação de resultados finais de aprendizagem.

Assim sendo, podemos entender que toda avaliação é diagnóstica gera informações para processos interventivos. Portanto, entendemos que, dentre as várias modalidades de avaliação, não existe a melhor, nem a pior, pois elas atendem a finalidades diferentes.

Frisa-se a avaliação quanto ao seu papel classificatório, a qual estabelece que o professor precisa desenvolver um papel de problematizador, ou seja, deve durante a sua ministração de aulas, problematizar as situações de modo a fazer que o próprio aluno, construa o conhecimento sobre o assunto abordado de acordo com os contextos histórico social e político, conforme Hoffmann (1993, p. 52), o “[...] aluno constrói o seu conhecimento na interação com o meio em que vive”.

Portanto, depende das condições desse meio, da vivência de objetos e situações, para ultrapassar determinados estágios de desenvolvimento e ser capaz de estabelecer relações cada vez mais complexas e abstratas, buscando entre educador-educando a sua identidade, onde ambos trocam informações, conhecimentos e aprendizagens no processo educativo, uma vez que "não há educador tão sábio que nada possa aprender, nem educando tão ignorante que nada possa ensinar" (Becker, 1997:147).

Para Luckesi (2001, p. 37), com o “uso do poder, via avaliação classificatória, o professor representando o sistema, enquadra os alunos - educandos dentro da normatividade socialmente estabelecida”. Baseando-se na afirmativa do autor podemos compreender como o poder usado de forma desonesta pôde modificar o que constituiria numa probabilidade de desenvolvimento cognitivo, em uma terrível desmotivação por parte do aluno, sendo que este se limita apenas a escutar, satisfazer e admitir que é capaz de alguma coisa.

Segundo Hoffmann (1993, p. 11), “muitos fatores dificultam a superação da prática tradicional”, já tão criticada, mas, dentre muitos, desponta sobremaneira a crença dos educadores de todos os graus de ensino na manutenção da ação avaliativa classificatória como garantia de um ensino de qualidade, que resguarde um saber competente dos alunos.

Diante disso, Luckesi afirma que (2001, p. 35), com a função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento estático “[...] e que trava o processo de crescimento; com a função diagnóstica, ao contrário, ela constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a autonomia e do aumento para a aptidão”.

Com base nesta ponderação sobre a avaliação se entende que é imprescindível que aconteça uma conscientização de todos os segmentos, onde a avaliação possa ter representatividade, para que a qualidade do ensino não fique comprometida, e o educador possa ter o cuidado ao influenciar nas histórias da vida do aluno, e da sua própria história para que não exista, ainda que inconscientemente, a aparência do autoritarismo e da arbitrariedade que a perspectiva construtivista tanto combate.

Segundo Hoffmann (2000, p. 15), avaliar nesse novo paradigma é “dinamizar oportunidades de ação- reflexão”, sendo assim, o acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos libertários e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas.

A avaliação escolar é um procedimento pelo qual se analisa; se examina; se pondera, e se interpreta o fenômeno da construção do conhecimento, estabelecendo com certeza tudo quanto os subsídios proeminentes, objetivando uma tomada de decisão em busca da produção humana. Neste sentido, é eficaz definir juízo crítico onde caberá ao professor listar os itens realmente importantes para o aprendizado do aluno e informar aos alunos pois a avaliação só tem sentido quando é contínua e gera desenvolvimento do educando.

Vasconcellos (1995, p.53) complementa ainda que o diálogo é visto como uma concepção dialética de educação, “[...] supera-se tanto o sujeito passivo da educação tradicional, quanto o sujeito ativo da educação nova em busca de um sujeito interativo”.

Faz-se necessário também, ao educador o comprometimento como profissional durante as suas inter-relações em que o compromisso não pode ser um ato passivo, mas sim a inserção das práxis na prática educativa de professor e aluno. Sobre esta afirmativa, Freire (1999, p.123), assegura que:

Se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indiscutivelmente à sua ação sobre o mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se reduz a um não poder transpor os limites que lhe são impostos pelo próprio mundo, do que resulta que este ser não é capaz de compromisso. É um ser imerso no mundo, no seu estar adaptado a ele e sem ter dele consciência.

Por conseguinte, a avaliação qualitativa deve estar alicerçada na qualidade do ensino e pode ser feita para avaliar o aluno como um todo no transcorrer do ano letivo, observando a capacidade e o ritmo individual de cada aluno. Assim sendo, para haver uma avaliação qualitativa e não classificatória tem que haver uma transformação nos padrões de ensino em relação à democratização no ingresso da educação escolar, para que assim possa haver qualidade de ensino do estudante onde acontecerá uma significativa evolução produtiva nos processos avaliativos.

Devemos entender a avaliação educacional como indispensável na construção dos parâmetros e planejamento de toda estrutura da escola, devendo ser realizada de forma minuciosa, buscando sempre alcançar os objetivos propostos em sua base curricular, além de servir para melhorar a qualidade do ensino proposto pela instituição, e pelo projeto pedagógico.

Logo, entendemos a avaliação educacional como um tipo de avaliação que abrange etapas primordiais para o processo de ensino e aprendizagem, onde esta deve contemplar todos os pontos de uma escola, indo desde a estrutura da escola, a formação do professor ao conhecimento transmitido, a qualidade das aulas, a interação professor x aluno, e toda equipe pedagógica envolvida.

Daí a preocupação de tratarmos sobre as ferramentas de avaliação escolar, tendo em vista a inúmeros aspectos que tem se apresentado na educação desde a pré-escolar à universidade, onde o que deve importar além de todos os critérios de desenvolvimento do conhecimento, a qualidade de ensino que está sendo oferecido, ou melhor, ofertado pelo poder público, atendendo requisitos de nossa Constituição Federal que assegura como direito à Educação, e com qualidade.

Vale enfatizar a visão de Esteban (2001, p.9), pois este afirma que a Avaliação Educacional é:

[...] é parte fundamental do processo educativo que se não estivesse inserida nele seria incompleto ou sem sentido. Por isso nenhuma escola ou nenhum curso pode deixar de tê-la mesmo que seja indesejável a sua existência para maioria dos alunos e de professores, em conformidade com o observado por Esteban.

O que nos leva a compreender a importância destes instrumentos no diagnóstico de problemas de aprendizagem, considerando, sobretudo, a busca de soluções para garantir

uma formação de qualidade e a permanência dos alunos na escola, visto que, inúmeros professores, pais de alunos e os próprios alunos reclamam dos processos avaliativos.

Sabe-se que existem inúmeros tipos de avaliação, dentre elas, destaca a avaliação diagnóstica, que busca identificar o conhecimento que o aluno já possui os conhecimentos adquiridos durante sua caminhada escolar, e que estes não devem ser desprezados, e sim alinhados durante a avaliação, pois a avaliação pedagógica não apenas consiste na aplicação de provas, trabalhos, atividades curriculares e extracurriculares, além de, outros tipos de avaliação que o professor utiliza para atender as exigências do MEC.

Contudo, é primordial que toda estrutura da escola, os professores, e demais colaboradores tenham como compromisso conscientizar os alunos, que não é apenas necessário, mais importante a propositura dos testes, os quais eles estão sendo submetidos, explicando o objetivo principal, que busca prepara-lo para o enfrentamento de uma vida social cheia de concorrências, que vai além da inserção no mercado de trabalho, mais que contribui para sua vida em sociedade.

4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO SISTEMA PÚBLICO MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LUÍS/MA: ANÁLISE E DISCUSSÃO.

Antes de pontuarmos sobre a avaliação da aprendizagem no sistema público de ensino de São Luís, faremos um breve histórico sobre a cidade, objetivando aproximar nosso objeto de investigação, tendo em vista que se trata de uma escola situação no município de São Luís Maranhão.

4.1 São Luís/MA: história e memória

No dia 8 de setembro de 1612 foi fundada a cidade de São Luís, uma ilha da capital do Maranhão, forma-se no cabo entre as baías de São José de Ribamar e São Marcos que progride sobre o estuário dos rios Anil e Bacanga, é conhecida também como: “Atenas Brasileira”, “Ilha do Amor”, “Cidade dos Azulejos”, “Ilha Bela”, “Capital Brasileira do Reggae” e “Jamaica Brasileira”, tendo no ano de 1997 o reconhecimento pela UNESCO de Patrimônio Cultural da Humanidade, a capital também é conhecida pelos ritmos como tambor-de-crioula e bumba-meu-boi.

São Luís do Maranhão trata-se da única cidade brasileira fundada por franceses cujo nome da cidade é uma homenagem dada pelos franceses ao rei da França Luís IX, também chamado de "São Luís", porém logo depois, foi invadida por holandeses e, na sequência, colonizada pelos portugueses.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/2019, tem como população estimada 1.101.884 milhão de habitantes, assim sendo não é à toa, que a cidade é a mais populosa do estado do Maranhão, sendo também a 4ª mais populosa da região nordestina e a 15ª de todo o Brasil com uma área total de 831 km², porém, apenas 157 km² estão em área urbana.

A capital maranhense conta com grandes grupos e firmas de diversas áreas da economia que tem realizado grandes investimentos na cidade, devido sua posição geográfica entre as regiões Norte e Nordeste do país, bem como, o fato da sua localização geográfica ser litorânea favorecendo o grande fluxo de entrada e saída de mercadorias através da sua proximidade dos centros importadores como os Estados Unidos e a Europa via o Porto de Itaqui que é no mundo o segundo mais fundo e um dos mais utilizados sendo também considerado o mais moderno, movimentado e bem estruturado do país quando o assunto é

comércio exterior, beneficiando a economia da cidade com a exportação e importação de produtos. Sabe-se que a cidade de São Luís do Maranhão, além de ser a porta de entrada para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, encanta os turistas de todo o Brasil, e do exterior, e é bem representada na literatura com grandes escritores como Aluísio de Azevedo, Gonçalves Dias, Josué Montelo, entre outros aspectos, que faz a cidade torna-se atrativa.

4.2 Caracterização do Sistema Público Municipal de Ensino de São Luís/MA.

Conforme pesquisa realizada no documento da Base do Plano Municipal de Educação (PME), aprovado pelo Fórum Municipal de Educação de São Luís (FME), constatou-se que: a Rede Pública Municipal Ensino de São Luís conta com 99 escolas de Educação Infantil, sendo que 78 são Instituições (sede) e 21 são anexos (espaços criados para atender a demanda excedente que, em sua maioria, funcionam em prédios alugados com infraestrutura inadequada). Das referidas instituições apenas 3 (três) realizam atendimento em tempo integral, o que representa uma necessidade de ampliação da oferta de vagas em creches e escolas de tempo integral, que ainda atendem um número insuficiente diante da demanda da cidade de São Luís.

Já no Ensino Fundamental nos anos iniciais, com atendimento a estudantes dos 06 (seis) aos 14 (quatorze) anos conforme aponta no Art. 208, inciso I, assegura que o dever do Estado se efetiva com a garantia do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurando, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

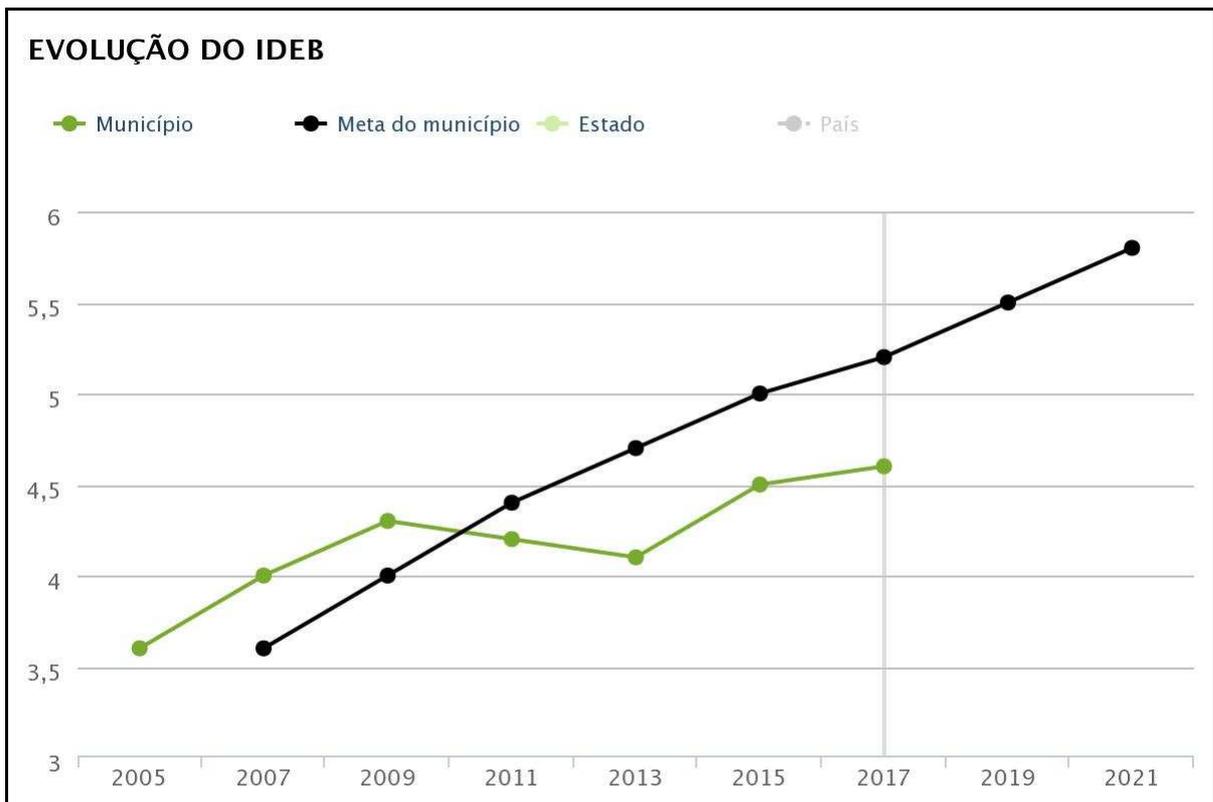
O que pode ser observado através do Censo Escolar/INEP 2018, disponível no site QEdu.org.br, o qual apresenta o total de 131 (cento e trinta e uma) escolas da Rede Pública de Educação Básica no Ensino Regular de São Luís/MA e número de alunos matriculados nas escolas de Ensino Fundamental Regular, na Rede Pública localização Urbana de São Luís/MA, nos anos iniciais do ensino fundamental do 1º ano ao 9º ano como forma de comprovar a necessidade de acompanhar o registro regular das escolas.

Quadro 01 - Matrículas da Rede Pública municipal de ensino de São Luís/MA, na localização Urbana, nas escolas de Ensino Fundamental 2018.

Matrículas do Ensino Fundamental 2018	
Matrículas 1º ano	4.531 estudantes
Matrículas 2º ano	5.251 estudantes
Matrículas 3º ano	6.581 estudantes
Matrículas 4º ano	6.609 estudantes
Matrículas 5º ano	7.181 estudantes
Matrículas 6º ano	9.726 estudantes
Matrículas 7º ano	8.995 estudantes
Matrículas 8º ano	9.108 estudantes
Matrículas 9º ano	8.389 estudantes

Fonte Censo Escolar/INEP 2018 | QEduc.org.br. Acesso 07/10/2019

Gráfico 01 - A evolução do IDEB no município de São Luís/MA.



Fonte: <https://www.qedu.org.br/cidade/5297-sao-luis/ideb?dependence=3&grade=1&edition=2017>
Acesso 07/10/2019

No que tange ao IDEB do sistema público de ensino do município de São Luís/MA, ano de 2017, na etapa escolar nos anos iniciais do ensino fundamental cresceu, mas não atingiu a meta e não alcançou 6,0, assim, o desafio de promover uma educação de qualidade com vistas a elevar os indicadores desse índice.

O que nos leva um olhar crítico, na expectativa de gerar a melhora da qualidade da educação básica, no Ensino Fundamental o qual é responsável por desenvolver ações articuladas que perpassam pela gestão democrática, autônoma e participativa, que se materializa através do PME de São Luís/Ma, prognosticada de 2015 a 2024, que em sua totalidade deve alcançar a todos que estão na idade de inserção escolar.

4.3 Estrutura Física da Escola Pesquisada

No que tange ao IDEB do sistema público de ensino do município de São Luís/MA, ano de 2017, na etapa escolar nos anos iniciais do ensino fundamental cresceu, mas não atingiu a meta e não alcançou 6,0, assim, o desafio de promover uma educação de qualidade com vistas. escola pesquisada vem atendendo as necessidades da comunidade local, com o intuito de lutar por continuar a ser uma escola pública de qualidade, trabalhando arduamente com o compromisso e a seriedade de continuar e manter o maior IDEB da rede, que consisti na nota 6.2, tendo em vista que esta projeção estava sendo propendida como meta a ser alcançada neste ano de 2019, entretanto a mesma já fora alcançada no ano de 2017, fazendo com que esse ambiente de ensino se torne cada vez mais um espaço em constante desenvolvimento para a construção do conhecimento e da cidadania d seus alunos.

A escola acolhe a uma demanda de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental do 1º e 2º ano, com uma média de 250 (duzentos e cinquenta) alunos distribuídos em 02 (dois) turnos matutino e vespertino. Quanto a composição estrutural da escola, observou-se que está possui 05 (cinco) salas de aula climatizada com ar-condicionado distribuídas em 1º e 2º ano dos anos iniciais do ensino fundamental, 14 (quatorze) professores sendo 10 (dez) titulares e 04 (quatro) substitutos, 01 (uma) cozinha bem estruturada, com destaque para higienização e limpeza do refeitório, local apropriado para o lanche com 08 (oito) conjuntos de cadeiras com mesas adaptadas para as idades dos alunos, 01 (um) bebedouro em inox com água filtrada e gelada, lanche bem distribuído e balanceado, sendo supervisionado por 01 (uma) volante que acompanha as necessidades e restrições alimentares de algumas crianças, na escola há também 03 (três) banheiros adaptados as idades dos alunos,

sendo que 01 (um) femininos e 01 (um) masculinos, sendo que possui 01 (um) separado para os funcionários, não foi verificado banheiro para pessoas com deficiência física.

A maioria dos familiares dos alunos reside nas proximidades da escola, e entornos do bairro onde facilita o acesso em relação escola, e residências devido a sua localização geográfica dentro do espaço comunitário.

Observou-se também que não há espaços suficientes para as crianças desenvolverem atividades de lazer de forma adequada, visto, não haver biblioteca, parquinhos e nem brinquedos, assim, no recreio as crianças se divertem com brincadeiras conforme sua imaginação, onde na maioria se dá em brincadeiras de roda, pula corda, e principalmente de correrem nesse pequeno espaço físico.

Com relação a isto, Rinaldi (2002, p. 76-77) nos diz que “[...] o ambiente escolar deve ser um lugar que acolha o indivíduo e o grupo, [...]”. Pois este é essencial para criar uma escola ou creche em que todos os integrantes se sintam acolhidos, um lugar que abra espaço às relações.

Confirmando a importância deste espaço escolar, como também, nos apresenta os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação, onde se espera que tenha:

[...] área mínima para todas as salas para crianças [...] considerando a importância da organização dos ambientes educativos e a qualidade do trabalho. Recomenda-se que a metragem das salas seja a mesma, independentemente da faixa etária, possibilitando alterações nos agrupamentos, de acordo com a demanda da comunidade (BRASIL,2008. p.27).

Ressalta-se também, que na tentativa de ressignificar a prática de vivencia com os alunos, Galardini e Giovannini (2002, p.118) defendem a ideia de que os espaços escolares e as atividades desenvolvidas no ambiente escolar são grandes parceiros no processo de ensino e aprendizagem, visto que, a qualidade e a organização do espaço e do tempo dentro do cenário educacional podem: “[...] estimular a investigação, incentivar o desenvolvimento das capacidades de cada criança, ajudar a manter a concentração, fazê-la sentir-se parte integrante do ambiente e dar-lhe uma sensação de bem-estar”.

4.4 O que dizem os documentos do sistema de ensino?

Por conta da relevância dos documentos do sistema de ensino enfatizam-se alguns dos instrumentos da gestão escolar, os quais são imprescindíveis à realização desta pesquisa. Considerando que a pesquisa de campo foi realizada em uma escola da rede pública de ensino

municipal de São Luís do Maranhão, onde abordamos sobre os documentos de ensino como forma de averiguar sua eficácia.

4.4.1 Plano Municipal de Educação (PME).

O PME de São Luís, conservando o princípio da participação democrática, é um documento que previne a definição de metas e estratégias educacionais de São Luís do Maranhão.

A sua idealização, coordenação e efetivação de ações interligadas, entre os órgãos governamentais e da sociedade civil, tem como foco a qualidade da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e das modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial no município de São Luís, nos próximos dez anos, de forma articulada com o Plano Estadual de Educação (PEE) e o PNE, e em consonância com a LDBEN Lei nº. 9.394/96, bem como com a Lei Orgânica do Município de São Luís.

A SEMED que é o órgão responsável pela gestão da política pública de educação, a esta cabe cumprir, monitorar e ponderar a execução das metas e estratégias do PME, assim como garantir o suporte técnico e administrativo para as ações do Fórum Municipal de Educação, dando força ao regime de colaboração. E ao Conselho Municipal de Educação de São Luís (CME) compete, enquanto órgão normativo do sistema, seguir e avaliar a cumprimento do PME.

4.4.2 Sistema Municipal de Avaliação Educacional (SIMAE)

O SIMAE é implementado pela SEMED em 2017, funciona como programa de avaliação da aprendizagem no município e tem como finalidade garantir a qualidade e a equidade na educação do municipal.

Enfatiza-se que o SIMAE a partir das avaliações diagnóstica e somativa oferecem ao gestor educacional ferramentas e dados para diagnósticos da realidade escolar capazes de auxiliar na elaboração de soluções para os problemas identificados. Também, através do SIMAE, por meio da avaliação diagnóstica, dar-se além dos pontos fortes, os pontos que precisam de melhoria em cada escola, permitindo que a prática docente se ajuste às obrigações dos alunos durante o processo para que haja interação entre professor e aluno.

Já a avaliação somativa lança subsídios acerca do desempenho escolar dos alunos, permitindo o monitoramento e a formulação de políticas educacionais. Podendo assim, avaliar as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática de maneira mais efetiva. Além dos testes, são elaborados e aplicados questionários contextuais junto aos diretores, professores e alunos para que o contexto escolar seja também analisado em sua totalidade.

Vale pontuar, que o SIMAE apresenta outros pontos relevantes do programa que são o investimento em desenvolvimento profissional por meio da realização de cursos de especialização, oficinas de apropriação dos resultados voltadas a gestores educacionais de várias instâncias e a disponibilização do Portal de Monitoramento.

Entretanto, para a implementação do sistema, a SEMED conta com a parceria da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), por intermédio do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), instituição com reconhecida experiência na área de avaliação educacional em larga escala.

Desta forma, é relevante dizer que o SIMAE avalia o desempenho dos estudantes do 1º, 2º, 3º, 5º, 7º e 9º anos do ensino fundamental distribuídos em 113 escolas, e nos mais de 48 anexos, totalizando 161 escolas da rede, e 7 núcleos, no município de São Luís/MA.

4.4.3 Documentos Oficiais da Escola

Tendo em vista a necessidade do conhecimento da documentação geral da escola e de como eram desempenhados os procedimentos administrativos da secretaria e da gestão escolar na escola investigada, foi solicitado para a direção e a coordenação os documentos oficiais da escola produzidos em cópias impressas para que eu os pudesse analisar, tendo em vista que os mesmos são essenciais para o bom uso da escola e da gestão escolar possibilitando fácil acesso as informações pertinentes a escola quando tivessem que ser empregadas quando necessário.

As seguintes documentações recebidas foram:

a) O Regimento Escolar (RE) que é o Código de Ética que orientará as relações dentro da escola como pacto educativo que se firma entre escola e famílias e toda a comunidade escolar foi realizada a leitura deste documento que ao ser devidamente analisado que se observou que se encontra constituído da estrutura organizacional da instituição, regime escolar, regime didático, normas de convivência social, onde estão incluídos os direitos, deveres e as penalidades.

b) O Calendário Escolar (CE) que é o cronograma composto de todas as atividades escolares, até mesmo os extraclasse a serem desenvolvidas no transcorrer do ano letivo, tais como: aulas, excursões, festividades, datas comemorativas, conselhos de classe, feriados, planejamento, aulas programadas, capacitação, porém devido a greve e outras manifestações está defasado.

c) Quanto ao Plano Político Pedagógico (PPP) que é o projeto de gestão de longo prazo, documento esse que traz a compreensão pedagógica que orientará a ação educacional da escola, o qual determinará os rumos, a intenção e os processos que a escola utilizará para alcançar suas metas, promovendo assim o acompanhamento da execução das metas e dos objetivos propostos. Porém a escola não pode se repassar devido o mesmo encontrar-se sendo reorganizado pela SEDUC.

Quando feita a interrogação de como era realizado o diário de classe que acompanha e controla o desenvolvimento da ação do professor, frequência com a lista dos alunos matriculados por série, ciclo ou etapa, turno e turma, o rendimento escolar, conteúdos programáticos, dias letivos, feriados e carga horária, me foi apresentado pela coordenação da escola o Sistema Municipal de Administração e Controle Escolar (SISLAME), que visa modernizar e simplificar o trabalho administrativo, contribuindo para a melhoria do trabalho pedagógico nas escolas.

Esse sistema conforme a coordenação da escola é interligado a todas as escolas da rede, com a SEMED e dentre as suas funcionalidades destacam-se o controle de fluxo de alunos, geração de relatórios e documentos, cadastros de professores e funcionários, diário eletrônico e além disso, propicia mais rapidez na realização do Censo Escolar, por meio da migração de informações para o Educacenso. Sendo a responsabilidade da alimentação da Base de Dados e do Diário de Classe unicamente o professor e o secretário, onde cada um fará as suas anotações e os lançamentos, não interferindo um no campo do outro.

4.5 O que dizem as gestoras e professoras sobre avaliação da aprendizagem?

Como forma de contribuição para os futuros processo de análise e discussão sobre avaliação educacional, foi realizado observações na escola e nas salas de aula, que segundo Ludke e André (1986, p 26), “possibilita um contato pessoal, e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado [...]”.

Sendo assim, foram entrevistadas as gestoras e professoras, para compreensão desta pesquisa, visto que consideramos imprescindível para o alcance do resultado da escola objeto deste estudo, onde abordamos sobre o papel dos gestores e do professor na educação nos anos iniciais ensino fundamental; sobre as intervenções utilizadas na resolutividade dos conflitos no processo de aprendizagem; sobre os impactos das mudanças da avaliação escolar; e quais os instrumentos de avaliação utilizam para apreciação do ensino em sala de aula, o que nos levou a olhar mais atento para cada etapa estrutural desta pesquisa tendo em vista a importância que representa para a construção de um futuro diagnóstico sobre a importância dos instrumentos de avaliação escolar.

Segundo Gil (2002, p. 55), estudar um caso específico serve para “proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados”. No entanto o questionário serve para verificar informações as quais os participantes raciocinam e falam sobre o tópico indagado. Ainda na concepção Gil (2002, p. 115), “o questionário constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações [...]”.

Assim, para a realização da pesquisa empírica entrevistou-se 02 (duas) gestoras e 02 (duas) professoras dos anos iniciais, as quais se dispuseram a gravar entrevistas. Todas as pessoas envolvidas concordaram em participar da conversa, além de contribuir para a reflexão desta abordagem. Observou-se que outras convidadas passaram a impressão de que não gostariam de se envolver neste processo de entrevista. Já as duas professoras que contribuíram para esta pesquisa se comprometeram e esperavam no local reservado para a entrevista com hora e dia marcado. No momento da entrevista explicaram detalhadamente cada questionamento. A entrevista foi realizada na sala dos professores na hora do intervalo, e ou no final do expediente.

Importante frisar que em relação à faixa etária das entrevistadas, varia de 30 (trinta) a 45 (quarenta e cinco) anos, a maioria delas tem tempo de serviço na rede entre 16 (dezesesseis) a 21 (vinte e um) anos, desempenhando a profissão de docente. Participaram da entrevista a Gestora, a Coordenadora/Supervisora dos anos iniciais no ensino fundamental e 02 (duas) professoras dessa etapa de ensino.

Para identificar as participantes, adotou-se o respectivo cargo de cada pessoa entrevistada:

- Gestora: Formada em História, tem Pós-graduação em gestão e tem como tempo de serviço na rede 20 (vinte) anos e como tempo de serviço na escola 01 (um) ano e 08 (oito) meses.

- Coordenadora: Possui Mestrado em Educação pela UFMA, o seu tempo de serviço na rede é de 21 (vinte e um) anos e tempo de serviço na escola de 06 (seis) anos.
- Professora 01: É formada em Pedagogia, com ampliação de supervisão escolar, tenho formação em psicopedagogia e gestão escolar o seu tempo de serviço na rede é de uns 20 (vinte) anos, e tempo de serviço na escola, por volta de 06 (seis) anos na escola.
- Professora 02: Formada em Pedagogia, tem Pós-Graduação em Gestão com 16 (dezesesseis) anos de tempo de serviço na rede e de serviço na escola 06 (seis) anos.

Após explicar o motivo entrevista, que tinha por objetivo colher o ponto de vista da diretora, coordenadora pedagógica e professoras sobre a avaliação de aprendizagem escolar nos anos iniciais do ensino fundamental, entre outras questões objeto de nossa investigação no âmbito da escola, bem como averiguar a utilização das balizadoras legais da educação do ensino fundamental nos anos iniciais nesta escola pública, iniciei o diálogo, em particular, com cada uma delas em sala reservada.

As questões levantadas¹ aos sujeitos participantes da pesquisa levaram em conta um roteiro elaborado cujo objetivo foi o de captar as impressões e pontos de vista sobre a avaliação da aprendizagem que realiza no âmbito de trabalho educativo. Nesse intuito, buscou-se identificar como as concepções que tinham sobre a avaliação da aprendizagem. De igual modo, a observação realizada permitiu confrontar as concepções apontadas nos depoimentos com as práticas e Avaliação efetivamente realizadas no contexto de sala de aula.

Esse breve itinerário segue-se com as análises do conteúdo das falas da gestora, da coordenadora pedagógica e das professoras a partir das narrativas dos entrevistados de todos os sujeitos envolvidos na realização da pesquisa.

4.5.1 As revelações da gestora sobre avaliação da aprendizagem.

Nesse instrumento a gestora escolar do (Anexo II), trabalha há 01 (um) ano e 08 (oito) meses, no ensino fundamental anos iniciais, mais afirmou ter vasta experiência no campo da educação.

Dando continuidade a entrevista, fez a seguinte indagação: Qual é a sua concepção de avaliação de aprendizagem? A gestora assim, se manifestou:

¹ O Roteiro de entrevista semiestruturada constitui-se instrumento de coleta de dados, figurando como apêndice deste estudo.

A avaliação da aprendizagem é uma tarefa árdua, permanente que precisa ser compartilhado com toda a equipe pedagógica professor, supervisor e o gestor né, [...], tentando conseguir alcançar o objetivo que é alfabetizar os meninos do primeiro e no segundo ano [...], eles têm que ta lendo e escrevendo no final então não tem outro caminho a não ser avaliar periodicamente para poder avançar.

Pela resposta dada pela gestora sobre a concepção de avaliação percebe-se que visa não só alfabetizar os alunos em sala de aula, mas também objetiva ver seus alunos avançando e ingressando no ano seguinte, lendo e escrevendo ao final de cada etapa.

Ao ser interrogada sobre se o IDEB está sendo adotado na rede como avaliação? Respondeu que:

“Sim, estamos felizes porque apesar dos buracos que a rede apresenta [...], o nosso IDEB é o maior da rede, nosso IDEB é 6.2 ele era uma projeção para 2019 e a gente já alcançou em 2017 quando eu cheguei aqui estava festejando isso e agora pior mais difícil do que chegar é manter né e por isso que a gente tá nessa luta de avaliar os meninos a cada 15 dias de fazer 60 lições de fazer reforço até com primeiro ano que a SEMED não, não sinalizou porque a 60 lições é uma orientação da secretaria fazer com os meninos do segundo ano para que eles avancem um pouco mais as 60 lições são boas os meninos realmente avançam e para o primeiro ano eles não deram nenhuma orientação mas como a gente tá nessa luta de querer que eles aprendam a gente avaliou e que o pessoal que faz o acompanhamento ficou muito feliz de saber que a gente duas vezes por semana a gente separa os meninos três grupos grupo 1, grupo 2 e grupo 3, o grupo 1 é aquele que já estão lendo e escrevendo, grupo 2 aquele que está começando a ler e o 3 é aquele que não lê nada. Então a gente ta fazendo 2 vezes por semana e os resultados já estão, tem menino no primeiro ano aqui de manhã lendo igual menino do 5 ano, tu precisas ver”.

De acordo com a resposta e o sentimento na fala da diretora, observa-se que a mesma está engajada e que o nível de desenvolvimento, do planejamento junto a SEMED bem como o apoio da sua equipe de gestão e professoras tem sido relevante ao trabalho desenvolvido no âmbito escolar, fazendo com que os alunos continuem superando todos os obstáculos diários como uma luta constante, não permitindo cair o nível de ensino e aprendizagem na escola.

Em outro questionamento ao ser interrogada sobre como trabalhar algo diferente do IDEB, e, de que forma colocar em prática essa necessidade de melhorar, ainda mais o resultado de suas avaliações independente do que o IDEB está determinando? Respondeu que:

“Sim, fora o resultado do IDEB a rede ta querendo seu próprio resultado e por isso que estão aplicando o SIMAI, e ai como o SIMAI é em dezembro e o SAEB é em outubro a gente ta fazendo as nossas próprias avaliações a gente precisa ver se o menino ta realmente aprendendo, porque não adianta você, porque, primeiro e segundo ano, por exemplo, os meninos não podem ficar por aprendizagem eu não posso passar o menino pro segundo ano sem ele saber a diferença do “A” pro “O”, mais do que me adianta porque eu vou fazer isso com o filho alheio eu podendo fazer alguma coisa para ele aprender, aí a gente tá tentando”.

Em mais um momento da entrevista ao ser interrogada sobre o seu ponto de vista sobre os PCN's, e se os mesmos ajudam na elaboração de instrumentos de avaliação da aprendizagem, com vista para ajudar o aluno a superar suas dificuldades de aprendizagem?

Sua resposta foi:

“Olha os PCNs quando surgiram foram bons ajudaram bastante mais a gente não está mais usando eles o PCN já tá com uns dois anos que foi a BNCC foi adotada e ai ele foi ficando pra trás agora a gente ta seguindo a BNCC.”

Quanto às duas últimas respostas descritas pela direção da escola, em ambos os aspectos suscitam respeito e incentivo aos padrões da prática e da necessidade de melhorar ainda mais os resultados de aprendizado dos seus educandos e, por conseguinte a obtenção de boas notas em suas avaliações, independente do que o IDEB está determinando como meta a ser alcançada em sua gestão escolar pública: de um lado, a necessidade de explicitação clara de procedimentos adotados, pelos parâmetros do SAEB, e dos PCNs, além dos seus próprios instrumentos internos de avaliação na área de alfabetização, o PMALFA e o SIMAI, bem como a descrição de eventuais reações de pais de alunos em face destes estímulos que às vezes se tornam invasivos, e das respostas dos alunos; no entanto de outro ponto de vista, a ponderação clara entre malefício e benefício de tanta avaliação não só para as crianças e suas famílias, mas também para as redes e a política de ensino adotado pela rede.

No entanto, quando se obtém um resultado além do esperado, percebe-se então, neste caso, que se passou a ter uma ascensão da avaliação nos anos iniciais no ensino fundamental, para uma avaliação de qualidade o que representa avanço na educação em São Luís-Maranhão.

4.5.2 O que diz a Coordenadora pedagógica.

A coordenadora da escola trabalha na rede de ensino há 21 (vinte e um) anos, e há 06 (seis) anos, exerce a função de Coordenadora/Supervisora na escola, objeto da pesquisa.

Na entrevista realizada, foram feitas as seguintes perguntas:

O processo de avaliação está contemplado no PPP – Projeto Político Pedagógico da escola? De que forma?

A resposta a esse questionamento foi a seguinte:

“Acho que sim, com certeza, porque o PPP ele envolve ações de planejamento de projeto de instituição, e ai claro que ta incluído a questão de avaliação, [...] de acordo com as orientações da SEMED, [...] no caso a sistemática de avaliação da SEMED é recente teve algumas mudanças e o PPP ele está sendo reorganizados,

reorientado ele ainda é atrasado, tem que está sendo reorganizado a partir da sistemática de avaliação da SEMED”.

De acordo com a resposta dada pela coordenadora fica claro que as professoras, as quais são as profissionais responsáveis pela prática educativa da escola, não foram convocados para nenhuma reunião, para expor suas ideias e práticas de ensino, e nem tão pouco foram convocados para contribuir com a elaboração do PPP da escola, em conformidade com a sequência didática a ser seguida na escola no ano letivo.

Não tendo assim um PPP na escola, para que seja seguida as orientações da própria gestão escolar, todas as orientações de planejamento estão sendo feitas mediante apenas nos embasamentos das regras e metodologias educacionais da SEMED.

O que vai de encontro com o que expõe PADILHA (2003, p.78), onde afirma que:

O PPP é a materialização do processo de planejamento onde o mesmo se consolida num documento que minudencia os objetivos, as diretrizes e as ações do processo educativo a ser realizado na escola, expressando a síntese das reivindicações legais e sociais do sistema de ensino e as finalidades e perspectivas da comunidade escolar [...].

Portanto, entende-se que o PPP é o instrumento que aponta a intencionalidade da escola como instituição, sugerindo sua direção. Ao ser idealizado coletivamente, consente que diferentes atores expressem seus julgamentos sobre o ensino-aprendizagem, assim como, sobre a avaliação da aprendizagem, como também, sobre o olhar da sociedade, etc. e seus pontos de vista sobre o dia-a-dia escolar.

Ao ser entrevistada sobre a realização do Planejamento Escolar, a coordenadora foi enfática em afirmar que:

“A gente sempre faz as reuniões de planejamento dentro da escola quinzenais com os professores por ano, não são todos os professores juntos, porque com a lei do piso, se instituiu a hora atividade aí, com a organização dos horários dos professores dos anos iniciais então cada professor e a própria SEMED deu essa orientação na rede de cada professor tem um dia para que ele possa ter de planejamento dos professores de primeiro ano é na segunda-feira que os professores de segundo ano é na terça-feira.

Foi também questionado sobre qual é a sua concepção de avaliação de aprendizagem? Ela respondeu que:

“No caso da avaliação no ciclo da alfabetização das crianças em processo de alfabetização a gente utiliza avaliação qualitativa em que a gente avalia as crianças, o progresso das crianças de acordo com os indicadores de alfabetização, na leitura e na produção de texto”.

Pela resposta objetivada pela coordenadora, ressalta-se que conforme o seu entendimento a avaliação visa somente verificar se o aluno inculcou o conteúdo que lhe fora

ensinado. Para ela, bem como para alguns que perpetram o processo educativo, a avaliação só tem esse papel.

No entanto, dependendo da utilização do processo de alfabetização no qual é empregada a avaliação qualitativa, os efeitos podem refletir de forma negativa na formação dos discentes, caso sejam aplicadas apenas de forma tradicional, já que por sua vez a avaliação qualitativa refere-se ao que não pode ser mensurável indo além de instrumentos físicos.

Perguntada quanto ao seu planejamento, e como ela trata da avaliação da aprendizagem no seu Planejar? A mesma declarou que:

“A gente sempre tá considerando ela porque é uma própria orientação da Secretaria e como agente organiza os nossos tempo pedagógico de sala de aula de 50 (cinquenta) minutos, então a gente tenta sempre a partir dos instrumentos avaliativos diagnósticos, de atividades de leitura, atividade escrita, atividade conhecimento de matemática, a gente tenta sempre principalmente nos planejamentos mensais pensar que instrumento de avaliação a gente pode ver o percurso da criança.”

A coordenadora ao ser perguntado sobre a sua proposta de avaliação dentro do seu planejamento? Respondeu que:

“[...] sempre utiliza não só os instrumentos em si, mais utiliza os descritores, de cada ano a partir do PEMALFA, e a partir da proposta curricular da SEMED, hoje a gente utiliza muito também a Base Nacional Curricular então a partir das habilidades dos descritores desses instrumentos de currículo a gente pensa o processo de avaliação, por exemplo, se no primeiro ano um dos descritores lá de língua portuguesa é que a criança possa produzir texto utilizando é pontuação então a gente tenta pensar no primeiro ano, que atividades a gente pode fazer para que a criança produza texto nessa área pra que ele possa utilizar a pontuação mesmo na classe de primeiro ano, porque as crianças pra gente as crianças são produtoras de textos então a gente pensa a partir desses parâmetros do currículo pra pensar avaliação no planejamento.”

Pôde-se notar nestes dois discursos uma inquietação quanto ao planejamento e ao que planejar junto à equipe de professores em suas reuniões quinzenais, bem como a dúvida de quais seriam os instrumentos avaliativos a serem usados, e como poderiam ser empregados na avaliação, tendo em vista a falta do PPP no âmbito da escola, tendo que sempre buscar na fonte do planejamento curricular da SEMED.

Vale ressaltar que segundo Martinez; Oliveira Lahone (1977, p.11), estes afirmam que:

[...] entende-se por planejamento um processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego dos meios materiais e dos recursos humanos disponíveis, afim de alcançar objetivos concretos, em prazos determinados e em etapas definidas, a partir do conhecimento e avaliação científica da situação original.

Este conceito nos coloca a par de que o ato de planejar sempre parte das necessidades que surgem a partir de uma sondagem sobre a realidade. Esta busca da realidade é a primeira etapa do processo do planejamento, visto que, é através do conhecimento da realidade que se pode estabelecer, com mais precisão, quais as mais importantes urgências e demandas que devam ser enfocadas, analisadas e estudadas durante o ato de planejar.

Com certeza esta apreensão poderia ser minimizada caso a gestão e as coordenações pedagógicas tivessem aparelhadas, e/ou munida com o PPP, pois este documento é responsável por nortear as atividades a serem realizadas no período em curso. Exatamente no PPP que consta o registro de informações contendo os objetivos, as diretrizes e as ações do processo educativo a ser realizado na escola, projeto esse que tem por finalidade promover através de discussão local favorecendo um ambiente democrático e participativo de todos os atores, da escola, da sociedade em geral, chegando sempre da realidade da comunidade e de seus alunos.

4.5.3 Com a palavra, as Professoras.

Constituindo o papel da escola, em concordata com o que apresenta Pereira (2012), proporcionar a inserção competente do aluno no contexto social, a avaliação precisa contribuir para que isso ocorra. À escola, não compete eliminar os estudantes, por qualquer que seja o pretexto, nem os manter em circunstâncias de uma aprendizagem que não condiz com a realidade que vive. Quando isso se sucede a consequência passar a existir ao final do ciclo, quando a admissão deixa de ser automática, em forma de falha no processo escolar.

Assim sendo esta investigação procurou conhecer as práticas avaliativas das educadoras do segundo ano, dos anos iniciais do ensino fundamental.

No assunto inquirido as professoras sobre quais as suas concepções de avaliação de aprendizagem, elas responderam que:

Professora 01:

“[...] a minha concepção é a qualitativa pelos instrumentos de Diagnóstico [...]”

Professora 02, regente da sala de aula respondeu que:

“[...] é um instrumento, e ela é uma forma de ver e de fazer redimensionamento de tudo àquilo que o aluno aprendeu, [...]”

Observei durante a análise dos dados acima levantados que as professoras consideram a avaliação nos anos iniciais do ensino fundamental, como um acompanhamento

de todos os aspectos de desenvolvimento do aluno onde a observação e as descrevê-las é uma construção futura visando alcançar o que ele necessita de maior atenção o que exige das professoras um comprometimento com o seu trabalho pedagógico e com seus alunos.

Quanto à questão solicitada sobre, como elas avaliam os seus alunos, as respostas foram:

Professora 01:

“[...] traves de avaliação diagnóstica, através de leitura e escrita de acordo com suas hipóteses [...]”

No conceito da regente de sala a Professora 02:

“[...] fazendo diagnóstico da evolução do estudante, visto ser uma escola de alfabetização e letramento, e a gente trabalha com diagnósticos pontuais semanal, a gente vai fazendo o diagnóstico das crianças diagnóstico de leitura e escrita porque para desenvolver estratégias de aprendizagem para que a criança seja alcançada para que aquelas dificuldades que ela tem na leitura e na escrita sejam eliminadas, para que a criança possa ir desenvolvendo a sua capacidade de leitura e escrita [...]”

Mediante as respostas das professoras entrevistadas pode-se obter como resposta positiva, que as mesmas consideram o aluno como o centro de prática avaliativa, onde o professor passa a refletir teoricamente sobre as possibilidades cognitivas das crianças, respeitando o seu estágio de desenvolvimento e do amadurecimento em que se descobrem, conseguindo assim, levar esses alunos ao desenvolvimento pleno dos saberes.

Ao perguntar as professoras sobre os instrumentos que usam para avaliar. Obtive as seguintes respostas:

Professora 01:

“A gente usa a prova né, aquela avaliação é mensal, mas a gente também faz essas hipóteses para saber como a criança avançou, nas hipóteses da escrita e leitura, que nível ela está, se está pré-silábica, silábica alfabética ou alfabética, né, alfabetizado, então a gente faz essa avaliação diariamente, aí mas tem as provas também que é de cada bimestre, cada período.”

Professora 02:

[...] nós utilizamos as apresentações dos trabalhos culturais as crianças participam aqui nas datas comemorativas como atividade de cultura e arte as crianças também participam das atividades em sala então por exemplo a gente observa atividades que a criança diariamente executa ela tem que apresentar atividade que vai para casa atividade da sala então em dados momentos a gente faz rodinha de conversa a gente vai observar a oralidade da criança todos os momentos da rotina escolar elas são observados para avaliação, é que a avaliação como não é estática é processual agente precisa observar todos os detalhes não podemos ver só aquilo que o aluno não sabe, há é porque o aluno ainda não sabe ler, sim mas ele sabe, ele expressa-se de forma competência a ter uma boa oralidade mas ele não sabe ler a leitura usual mas ele tem outras formas de ler o mundo então nunca a gente vai ta enfatizando aquilo que é

menos mas buscando incentivar a criança a ampliar a sua rede de conhecimentos. Então a gente tem os registros que são os registros pontuais através de avaliações escritas as crianças fazem avaliação mensal fazem as avaliações bimestrais escritas participam dos trabalhos de classe de pesquisa e também das atividades culturais na escola. [...]

Observou-se nesse discurso entre as duas professoras, que as mesmas utilizam formas diferentes no emprego dos seus instrumentos avaliativos, porém sabem que é essencial para o professor fazer observações de como avaliar, e o que avaliar, bem como, apesar da dificuldade que haja pela quantidade de alunos em sala, é imprescindível ficar atento às demandas particulares, além de aguçar a sua curiosidade sobre as manifestações de cada criança em particular.

Sendo assim, esse parecer de avaliação, expressa uma contradição com a ideia dos instrumentos de avaliação da Professora 01, tendo em vista que a sua postura quanto ao assunto abordado evidencia a sua relação de ensino e de avaliação de forma tradicional, onde implica que a reflexão e a observação deixam de ser pressupostos basilares para a prática de uma avaliação e obtenção de todo o desenvolvimento do aluno.

Quando nos reportamos às questões relacionadas se a escola possuía um Projeto Político Pedagógico, e como estava definida nesse projeto a realização das avaliações. A esse quesito nos foi revelado que:

Professor 01:

[...]. Tem um PPP – Projeto Político Pedagógico, mas esse PPP também está em reformulação para fazer um novo PPP porque ele é muito antigo, então ainda continua a avaliação de leitura e escrita [...]"

Professora 02 a regente da sala respondeu que:

[...] a escola possui o projeto político pedagógico que está atrasado, ele é um projeto anual, é onde a cada ano a gente vai definindo nossas propostas pedagógica bem como a maneira as metodologias recursos e também avaliação então avaliação na escola está pausada exatamente em uma avaliação que ela é integral, processual e ela parte da diagnóstica até a somativa é uma avaliação que ela é também observa vários aspectos da criança desde os aspectos da assiduidade da frequência bem como os aspectos quantitativos e qualitativos, as crianças realizam avaliações escritas bem como participam de projetos socioculturais que também lhes dão essa capacitação nas notas qualitativas então todos os aspectos da avaliação [...]

Observou-se que na questão solicitada às professoras se o processo avaliativo na educação dos anos iniciais do ensino fundamental está contemplado no PPP da escola, elas afirmam que apesar de não ter na escola um PPP atualizado, ele está de acordo com a LDBEN/69, no Art. 29, que afirma que “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em

seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”

Ressalta-se que segundo a resposta dada pela professora regente, que ela objetiva o desenvolvimento integral, processual, e parte da avaliação diagnóstica até a somativa como forma integrada do seu processo avaliativo.

Vale dizer que, devido não ter um PPP elaborado para a escola, não se baseiam em diretrizes passadas pela diretora. Ainda, foram questionadas sobre a Proposta Pedagógica da SEMED, e de como a proposta da SEMED orienta o trabalho escolar? Responderam que:

Professora 01:

“[...] através da formação da SEMED, esse documento ainda está em formulação esse ano que é o documento curricular”[...]

Professora 02:

“[...] a SEMED como Secretaria de Educação do Município [...] está amplamente construída em cima da BNCC - Base Nacional Comum Curricular que nos dá as capacidades nos oferece várias e várias formas e maneiras de observar e acompanhar nosso aluno da melhor maneira possível. [...], também dos relacionamentos das provas nacionais bem como da LDBN dos documentos oficiais, então a proposta pedagógica do município [...]”

Na questão solicitada para as professoras podemos ponderar que a avaliação é um instrumento que deve está contemplado no PPP de todas as escolas, ou seja de cada instituição de ensino, pois a avaliação nos anos iniciais do ensino fundamental para alcançar a qualidade do ensino e da aprendizagem do aluno.

Ao inquirir as educadoras a respeito das ações de planejamentos para a realização dos trabalhos em sala de aula, e quais eram a periodicidade, as mesmas responderam que:

Professora 01:

“Nosso planejamento é feito de 15 em 15 dias, [...] temos um plano anual e a partir desse plano anual a gente tira os conteúdos, para a gente fazer esse planejamento de acordo com a série, com a etapa [...] temos também a rotina, que é aquele de todo dia, a leitura permanente trabalhando calendário [...]”

Professora 02:

“Sim, nós trabalhamos com planejamento anual, semanalmente a gente vai tá atualizando dentro dos conteúdos sempre seguindo as orientações da proposta pedagógica do município está atrelada a programas voltados para a alfabetização como o PMALF que são programas também que a SEMED pontuam que buscam a alfabetização na idade certa, então a criança sempre vai estar dentro de um amplo movimento de aprendizagem tudo seja na aula de história, ciências a gente tem sempre que combinar para leitura nosso foco principal é leitura, é interpretação e conhecimento de cálculo e números[...]

Entende-se nas duas falas que a equipe de professores em suas reuniões quinzenais, tem suas orientações e instrumentos avaliativos a serem usados, direcionados pelo currículo da SEMED. Nota-se que nesse planejamento é impregnado um conteúdo avaliativo visando necessariamente, deixar o aluno aparelhado para a prova do IDEB. Daí parte a reflexão constante da atuação do professor em sala de aula que necessita saber a finalidade do que é avaliar um aluno, quando a importância está em obter metas.

Quando perguntamos a respeito de quem as orienta sobre a elaboração do seu planejamento. Consegui as seguintes respostas:

Professora 01:

“[...] nossa coordenadora nos orienta como devemos fazer, [...] todas nós fazemos esse planejamento sempre juntas de acordo com a série né às vezes faz o grupão e depois dividi as séries aí fazemos esse planejamento junto e uma levando conhecimento para outra que aprendeu uma troca de conhecimento que é necessário. [...]”

Professora 02 - regente da sala:

“Sim, nós temos a nossa coordenadora pedagógica [...] que ela nos dá todo o direcionamento do planejamento anos enfatiza os pontos principais a serem destacados né principalmente em relação às capacidades que são desenvolvidas a criança, é quais as atividades que devem ser pontuais para o avanço em cada nível psicogenético que as criança das parte ali do pré-silábico e o objetivo ao final do ano é que elas todas estejam alfabetizadas então pra que esse, se esse caminho seja alcançado ela precisa de atividades diferenciadas para cada um dos níveis porque se você trabalhar mesma atividade homogênea para todos a criança não vai desenvolver a sua capacidade ela vai ficar sempre no estágio Inicial então tem que ter haver as chamadas intervenções pedagógicas então a gente sempre tá buscando novas intervenções observou a gente tá sempre fazendo assim o diagnóstico e programando novas atividades observou que a criança não avançou então volta pensa numa atividade desafiadora pra criança no caso de leitura criança que está no nível silábico com valor sonoro então ele precisa o que de atividades que ele vai entender a questão da sílaba aí como é a formação da sílaba como a palavra se constrói então precisa pontuar mais essa atividade sem essas atividades pontuais de intervenção a criança não avança a gente precisa, a gente faz planejamento semanal e acompanha esse mensal pra construir esse aprendizado com mais qualidade.”

Compreendemos nas falas das professoras que apesar do discurso bem elaborado pela professora regente 02 e a professora 01 serem unânimes quanto ao apoio e o direcionamento da coordenadora da escola, na elaboração do planejamento e das devidas atividades a serem realizadas, não deixam claro que as decisões tomadas nessa reunião façam com que as professoras desenvolvam uma visão de ensino que promova em sua sala de aula um ensino e aprendizagem que resulte em uma avaliação que leve a pensar o aluno e o seu

aprendizado de forma integral, pois na prática o que prevalece é o resultado do saber ler e escrever.

Para expor na totalidade, o funcionamento da pesquisa realizada, utilizou-se da observação, que nos permitiu verificar que a professora regente é a que mais se destaca na chamada intervenção pedagógica, mostrando-se remar contra a maré, uma vez que a mesma busca recursos consegue meios de levar uma aula diferenciada na busca de fazer seu melhor e de desmistificar a fama negativa que se coloca nas escolas do município devido a dialética que age nos campos escolares municipais.

Contudo, observa-se que há no meio da discussão sobre processo de avaliação da aprendizagem muitos contrassensos, visto que na própria escola objeto da pesquisa encontramos posicionamentos diferentes em seu quadro de profissionais, estes responsáveis diretamente em construir e aguçar o conhecimento.

Pode-se afirmar que há esperança neste árduo processo de ensinar, mesmo que alguns professores negligenciam o caráter diagnóstico formativo da avaliação da aprendizagem como parte fundamental para o desenvolvimento da prática do ensino e da aprendizagem.

E, que necessariamente, todas as escolas devem ter seu plano de ensino e de avaliação fundamentado pela BNCC, e pelas diretrizes da SEMED, possibilitando desta forma, uma avaliação da aprendizagem mais eficaz, com propósito de atender as demandas da comunidade escolar, além de, demonstrar a qualidade do ensino, e da estrutura oferecida pelo Município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu compreender que a avaliação da aprendizagem escolar realizada na escola da rede pública municipal de ensino de São Luís do Maranhão, levando em conta o que assinala as bibliografias estudadas, consiste-se em efetivar-se com a intenção de que o aluno saiba ler e escrever para dar respostas às avaliações de larga escola, nos moldes da Provinha Brasil, na Prova Brasil, com vistas à elevação do IDEB.

Em sentido convergente, não foi possível identificar no processo de avaliação e na metodologia de ensino aprendizagem, durante o período de observação em salas de aula, instrumentos que apontassem para uma avaliação diagnóstica focada em levantar os pontos fracos e fortes do aluno nas áreas de conhecimento, para uma tomada de decisão quanto à organização do trabalho pedagógico e ao processo ensino-aprendizagem que levasse em conta às reais necessidades de aprendizagem dos educandos.

Durante a vivência no campo de pesquisa notou-se que as concepções reveladas pelos sujeitos investigados, embora se expressem por uma avaliação diagnóstica e formativa, não condizem com o efetivo processo avaliativo, realizado no âmbito de sala de aula, pois durante o período da pesquisa a professora trabalhou com aulas no quadro branco e pincel atômico sem promover nenhuma atividade de interação ou de integração, não utilizou de recursos e atividades diversificadas que propiciassem um trabalho mais cooperativo entre os alunos, nem tampouco que pudessem oferecer oportunidades de avaliar os alunos em outra perspectiva.

Levando em conta, o que dizem os autores consultados na literatura que serviram de suporte conceitual para análise do fenômeno investigado, a avaliação constatada na escola, está distante de se conseguir uma prática emancipatória, com bases calcadas na avaliação diagnóstica, formativa e somativa. No final do processo de investigação a pesquisa identificou que a escola ainda se pauta por uma lógica instrumental, tanto do processo ensino-aprendizagem, quanto da avaliação da aprendizagem.

A avaliação na escola investigada, por fim, nos permite afirmar que embora as práticas observadas em sala de aula apontem para uma avaliação qualitativa, considera-se que de fato a lógica que opera no âmbito da escola é instrumental, calcada no IDEB em um nível desejável em relação as metas projetadas pelo MEC. Nesse sentido, todas as práticas que a escola desenvolve voltam-se para a elevação do IDEB o que negligencia o caráter diagnóstico e formativo da avaliação da aprendizagem, posto que atende a uma lógica produtivista, que

alinha a educação à produtividade e ao pleno desenvolvimento do capitalismo mundial, alinhando as políticas educacionais em curso ao sistema produtivo mundial

Por fim, os resultados deste estudo apontam para a importância de se refletir sobre as concepções e práticas da avaliação comumente realizadas no sistema público de ensino de São Luís-MA. De igual teor, considera-se que este estudo deve fomentar a discussão e a reflexão sobre a avaliação da aprendizagem numa perspectiva de pensar o aluno, e o aprendizado de forma plena, com um olhar mais próxima da realidade dos alunos e das questões que envolvem seus interesses e sua subjetividade e o contexto social em que estão inseridos, não negligenciando o papel e as práticas dos professores que são essenciais no processo educativo que se realiza na escola, cujo aprendizado deve contribuir para a construção da cidadania e para a participação social crítica e autônoma.

REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE, Severino Vilar de. **Formação continuada de professores no Estado do Maranhão**: do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) ao Plano de Ações Articuladas (PAR). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), janeiro, 2013.

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Políticas de educação e Estado Avaliador na América Latina**: uma análise para além das avaliações externas. REICE – Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, 11 (4), 77-91, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24575_13816.pdf. Acessado em 10 de maio de 2019.

AGUIAR, M. A. da S. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009**: questões para reflexão. Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.-set. 2010 707. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

ANGELO, T. and CROSS, K. P. **Classrom Assessment Techniques**. San Francisco: Jossey-Bass, 1993.

Avaliação da aprendizagem nos anos iniciais. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/o-que-sao-anos-iniciais-e-finais-do-ensino-fundamental>. Acesso em 24/agost/2019.

A evolução do IDEB no município de São Luís/MA. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/5297-sao-luis/ideb>. Acesso 07/10/2019.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: . Acesso em: 16 out. 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996.

_____. MEC/SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1997.

BECKER, Fernando. **O caminho da aprendizagem**. 2 ° Ed. Rio de Janeiro 1997.

Censo Escolar. Disponível em: <http://www.portal.inep.gov.br> . Acesso em: 23/Out/2019.

Cidade São Luís: histórico. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/historico>. Cidade São Luís: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/documentos-oficiais-da-escola-e-da-gestao-escolar/40009>

Documentos Oficiais de Educação. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/documentos-oficiais-da-escola-e-da-gestao-escolar/40009>. Acesso em. 14/out/2019.

DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. **Avaliação escolar.** Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 11, n. 64, jul./ago. 2005. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/ae/arquivos/1418/1418.pdf>

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade/** N: Minayo, Maria Cecília de Souza, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; (Orgs.). Petrópolis: Vozes, 1994.

ESTEBAN, Maria Tereza. **Pedagogia de Projetos:** entrelaçando o ensinar, o aprender e o avaliar à democratização do cotidiano escolar. In: SILVA, J. F.; HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T. (orgs.) Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 81-92.

ESTEBAN, Maria Teresa. **Uma avaliação de outra qualidade:** presença pedagógica, vol. 2, São Paulo, 1996.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 143.

_____. Educação e mudança. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. À sombra desta mangueira. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 143.

_____. Educação na cidade. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

_____. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011a.

_____. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

_____. Educação na cidade. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

_____. Educação como prática da liberdade. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a.

_____. Educação e mudança. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Educação como prática da liberdade. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (1999).

_____. Pedagogia do oprimido. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/pedagogia-do-oprimido-resenha-critica/>

GALARDINI, Annalia; GIOVANNINI, Donatella. Pistóia: **Elaborando um sistema dinâmico e aberto para atender às necessidades das crianças, das famílias e da comunidade**. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella. Bambini: a abordagem italiana à educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 117-131.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

GORING, Paul A. **Manual d medições e avaliação do rendimento escolar**. Buenos Aires, 1981.

GRILLO. Marlene. Corro; GESSINGER. Maria. Rosana. **Porque falar ainda em educação?** Porto alegre. Edipuc. 2010.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola a universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____. Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1996.

_____. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2008

_____. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 1996.

_____. 2000. Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista. 29ª ed. Mediação. Porto Alegre. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/reflexoes-sobre-a-avaliacao-no-ensino-superior/58510>

_____. Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1996.

_____. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2008.

_____. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 2007.

_____. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2003.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação & Realidade. Disponível em: <http://morivaldo.blogspot.com/2011/12/avaliacao-psicopedagogica-institucional.html>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em 08/11/2019.

Jorba, J & Sanmarti, N. (2003). **A função pedagógica da Avaliação** in Avaliação como Apoio Pedagógico. Porto Alegre: Artmed. 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. 2001. **Metodologia do trabalho científico**. Atlas. São Paulo.

LEI N° 010172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em julho de 2019.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez 2002.

_____. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2001, 180p.

_____. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Verificação ou avaliação: o que pratica a escola? Série Ideias, n. 8, São Paulo: FDE, 1998.

_____. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

_____. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINEZ, M.J. LAHONE, C.O. **Planejamento escolar**. São Paulo: Saraiva 1977

Matriculas do Ensino Fundamental 2018. Fonte: <https://www.qedu.org.br/cidade/5297-sao-luis/censo-escolar?>. Acesso em 12/out/2019 .

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85691-manual-operacional-pmalfa-final/file>.

MEDEIROS, Ethel B. **Provas objetivas**: técnicas de construção. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Movimento Brasileiro de Alfabetização**: Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>. Acesso em: 20/09/2019.

Métodos de Pesquisa. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudopedagogicoescolar/16604>. Acesso em: Acesso em 10 de abril de 2018.

NASCIMENTO, Patrícia Valéria Bielert do. **O desafio da avaliação no cotidiano do educador**. Revista Profissão Mestre, 2003.

NERICI, I. G. **Introdução à Didática Geral**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/> Acesso em maio de 2019.

Plano Municipal de Educação. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/85_documento_base_do_pme_2015.2024_aprovado_pelo_fme.pdf. Acesso em: 10/Out/2019.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. Projeto político-pedagógico: caminho para uma escola cidadã mais bela, prazerosa e aprendente. In: *Pátio Revista Pedagógica*. Ano VII, n. 235. fev./abr. 2003.

PILETTI, Nelson. **A História da Educação no Brasil**. Ed. Ática S. A. São Paulo 1990.

Portal Cidade São Luís. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/subportal_pagina.asp?site=2147. Acesso em 24/agost/2019.

Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em março/2019.

RINALDI, Carlina. Reggio Emilia: **A imagem da criança e o ambiente em que ela vive como princípio fundamental**. In: GANDINI, Lella; EDWARDS, Carolyn (Org.). *Bambini: a abordagem italiana à educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 75-80.

RODRIGUES. R. **Análise de Resolução de Problemas numa abordagem contextualizada e não contextualizada para alunos do nono ano do ensino fundamental da EJA**. Dissertação de Mestrado, Recife, Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2008.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Porque avaliar?: Como avaliar?: critérios e instrumentos**. 13. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Rev. Bras. Educ., Abr 2009, vol.14, no.40, p.143-155. ISSN 1413-2478.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 4. Ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 20, n. 69, p. 119-136, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01115.pdf>. Acesso em 13/09/2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. SEMED. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br> Acesso em: 9/set/2019.

Secretaria de Educação – SEDUC. Disponível <http://www.educacao.ma.gov.br/>. Acesso em 08/agost/2019

SILVA, Carmem Silvia Bissoli da; MACHADO, Lourdes Marcelino (Org.). **Nova LDB: trajetória para a cidadania?** São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

SAUL, ANA MARIA. **Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória**. Educação e Pesquisa – Revista da Faculdade de Educação da USP, v. 41, p. 1299-1311, 2015. Disponível em: <https://prezi.com/yehb6np8kxxj/na-contramao-da-logica-do-controle-em-contextos-de-avaliacao>. Acesso em 10 de março de 2015.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória**: desafio a teoria e prática de avaliação e reformulação de currículo. S.Paulo. Cortez, 1995.

SAUL, A. **Para mudar a prática da formação continuada de educadores**: uma pesquisa inspirada no referencial teórico – metodológico de Paulo Freire. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertat, 1995.

_____. Avaliação: concepção dialética – libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo, Libetad, 1998.

VEIGA, Ilma Passos A. et al. **Licenciatura em Pedagogia**: realidades, incertezas, utopias. 2^a.ed.Campinas: Papirus, 2001

_____. A aventura de formar professores. Campinas: Papirus,2009.

VELLOSO, Jacques. **Políticas do MEC e recursos para o ensino no governo Collor**. Educação & Sociedade, n. 42, p. 256-267, ago. 1992.

VIANNA, Heraldo Marelim. Testes em Educação.3. ed. São Paulo: IBrasa, 1978. Disponível em:
<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0004.pdf>.

VALENTE, I.;ROMANO, R. **PNE**: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção? Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 96-107, set. 2002.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **História da Educação**: a escola no Brasil. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, Maria Luísa Santos Ribeiro, Olinda Maria Noronha. – São Paulo: FTD, 1994. – (Coleção Aprender & Ensinar).

APÊNDICES

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

DO PROFESSOR TITULAR

Meu nome é Florisnoldo Carvalho de Sousa, graduando do Curso de Pedagogia Licenciatura (Noturno) da UEMA. Este instrumento tem como objetivo colher o ponto de vista de Gestores Escolares, Coordenadores Pedagógicos e Professores, sobre a avaliação de aprendizagem realizada no âmbito escolar, bem como averiguar a utilização das balizadoras legais da educação infantil nesta escola pública de São Luís/MA.

Não pretendo julgar, apenas apresentar resultado de levantamento documental para conclusão de curso.

Nome da Professora: _____
Conteúdo da aula: _____
Turma: _____ Turno: _____ Data da observação: _____

ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS EM SALA DE AULA

1 PLANEJAMENTO

- Existe coerência entre o proposto no plano de aula e o que foi realizado na prática da professora?
- Os planos são desenvolvidos de acordo com os Referenciais Teóricos, ou seja, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Plano Político Pedagógico (PPP) ou apontamentos orientados pela Secretaria de Educação de São Luís/MA (SEDUC).

2 A INTERAÇÃO ENTRE OS ALUNOS E O CONTEÚDO

- O conteúdo é adequado às necessidades de aprendizagem da turma?
- As atividades e os problemas propostos são desafiadores e proveitosos para todos os alunos ou para alguns foi muito fácil e, para outros, muito difícil?
- Há a retomada de conhecimentos trabalhados em aulas anteriores como um ponto de partida para facilitar novas aprendizagens ou as atividades apenas coloca em jogo o que já é conhecido pela turma?
- Os recursos alcançados são adequados ao conteúdo?

- Como está organizado o tempo da aula? Foram reservados períodos de duração suficiente para os alunos fazerem anotações, exporem as dúvidas, debaterem e resolverem problemas?

3 A RELAÇÃO PROFESSORA E ALUNOS

- A relação desenvolvida em sala de aula apresenta-se de forma harmônica.
- Como ocorrem às relações interpessoais entre o professor e os alunos?
- Como o professor lida com as diferenças em relação ao ritmo de aprendizagem dos alunos?
- As propostas de atividades foram entendidas por todos? Seria necessário o professor explicar outra vez e de outra maneira? As informações dadas por ele são suficientes para promover o avanço do grupo?
- As intervenções são feitas no momento certo e contêm informações que ajudam os alunos a refletir?
- O professor aguarda os alunos terminarem o raciocínio ou demonstra ansiedade para dar as respostas finais, impedindo a evolução do pensamento?
- As hipóteses e os erros que surgem são levados em consideração para a elaboração de novos problemas?
- As dúvidas individuais são socializadas e usadas como oportunidades de aprendizagem para toda a turma?

4 . OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- A metodologia utilizada em sala de aula contempla atividades interdisciplinares? De que forma?
- A mediação desenvolvida pela professora permite uma aprendizagem significativa?
- Os conteúdos são contextualizados com a realidade sócio-cultural dos alunos?
- A prática pedagógica apresenta-se de forma estimulante e desafiadora?
- As atividades propostas para a turma são, em sua maioria, de natureza individual ou coletiva?

5. A RELAÇÃO ALUNO-ALUNO

- Existe clima de cooperação entre os alunos?
- Os trabalhos em grupo são facilmente desenvolvidos?
- Como você avalia as relações interpessoais existentes entre os alunos?
- Os alunos se sentem à vontade para colocar suas hipóteses e opiniões na discussão?

- Nas atividades em dupla ou em grupo, há uma troca produtiva entre os alunos?
- Com que critérios a classe é organizada?

6. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

- Os recursos são utilizados de forma adequada?
- Os recursos são apropriados para o 2º ano das séries iniciais do Ensino Fundamental.
- Os recursos são motivadores e enriquecem o desenvolvimento da aula?

7. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- O professor avalia o aluno consecutivamente?
- A avaliação é diagnóstica? Ou seja, o professor utiliza-a para identificar o nível de aprendizagem do aluno em relação ao conteúdo?
- Utiliza a avaliação para identificar os obstáculos didáticos?

GESTORA E CORRDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Meu nome é Florisnoldo Carvalho de Sousa, graduando do Curso de Pedagogia Licenciatura (Noturno) da UEMA. Este instrumento tem como objetivo colher o ponto de vista de Gestores Escolares, Coordenadores Pedagógicos e Professores, sobre a avaliação de aprendizagem realizada no âmbito escolar, bem como averiguar a utilização das balizadoras legais da educação infantil nesta escola pública de São Luis-MA.

Não pretendo julgar, apenas apresentar resultado de levantamento documental para conclusão de curso.

Qual é a sua formação: _____

Possui: Pós Graduação () Mestrado () Doutorado ()

Tempo de Serviço na Rede: _____

Tempo de Servo na Escola: _____

1. Professora, qual é o papel do gestor frente a avaliação de aprendizagem?
2. O processo de avaliação está contemplado no PPP? De que forma?
3. Professora, qual é a sua concepção de avaliação de aprendizagem?
4. Quais os instrumentos que a senhora utiliza para avaliar seus alunos?
5. Estes instrumentos subsidiam, ou seja, ajudam na tomada de decisão e na análise da sua prática profissional?
6. Professora a senhora poderia me informar se o IDEB é adotado na rede como avaliação?
7. Além do IDEB a senhora adota outra perspectiva de avaliar o aluno no âmbito escolar?
8. Como e qual o foco?
9. Professora, a senhora realiza Planejamento Escolar?
10. Qual é a periodicidade do seu Planejamento e como a senhora trata da avaliação de aprendizagem ao seu Planejar?
11. Professora, O que a senhora propõe como avaliação dentro do seu planejamento?
12. A senhora saberia informar se a SEMED tem uma política de avaliação?
13. A senhora conhece esta política e faz a avaliação de acordo com a política da rede?
14. Quais os objetivos da avaliação da rede?
15. Qual é o foco da avaliação orientada pela SEMED?

16. Professora, a SEMED e a escola já realizaram alguma formação continuada com o foco na BNCC?
17. Na formação, a formadora trata sobre a avaliação na BNCC?
18. Professora, a senhora conhece a proposta de avaliação de aprendizagem nos parâmetros curriculares nacionais?
19. No seu ponto de vista os PCN'S ajudam na elaboração de instrumentos de avaliação da aprendizagem, com vista para ajudar o aluno a superar suas dificuldades de aprendizagem?
20. A senhora poderia descrever?

Muito obrigado.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA
PROFESSORAS

Meu nome é Florisnoldo Carvalho de Sousa, graduando do Curso de Pedagogia Licenciatura (Noturno) da UEMA. Este instrumento tem como objetivo colher o ponto de vista de Gestores Escolares, Coordenadores Pedagógicos e Professores, sobre a avaliação de aprendizagem realizada no âmbito escolar, bem como averiguar a utilização das balizadoras legais da educação infantil nesta escola pública de São Luis-MA.

Não pretendo julgar, apenas apresentar resultado de levantamento documental para conclusão de curso.

Qual é a sua formação: _____

Possui: Pós Graduação () Mestrado () Doutorado ()

Tempo de Serviço na Rede: _____

Tempo de Servo na Escola: _____

1. Professora, qual é a sua concepção de avaliação de aprendizagem?
2. A senhora saberia informar se na escola existe uma Proposta Pedagógica da SEMED que orienta o trabalho educativo?
3. Professora a senhora saberia informar como a avaliação da aprendizagem é definida na Proposta Pedagógica?
4. Professora, a escola tem um PPP? No PPP da escola está definido como deve ser realizada a avaliação, a senhora poderia definir?
5. Professora como a senhora avalia seus alunos?
6. A senhora poderia apontar alguns instrumentos que utiliza para avaliar?
7. Qual o período de avaliação: diário, semanal, mensal ou semestral?
8. Professora a senhora adota algum planejamento para realizar o seu trabalho de sala de aula? Qual é a periodicidade?
9. A senhora realiza o Planejamento aqui na escola ou faz em casa?
10. A senhora recebe alguma orientação na elaboração do seu planejamento? De quem?
11. A senhora faz o seu planejamento com alguma professora que atua na mesma etapa que a senhora ensina?

Muito obrigado.